



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Ciências da Educação
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA



NELLY MARILCE BRANDT

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE
INFORMAÇÃO JURÍDICA NA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
BIBLIOTECONOMIA**

Florianópolis, 2015.

NELLY MARILCE BRANDT

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE
INFORMAÇÃO JURÍDICA NA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
BIBLIOTECONOMIA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. Orientação de: Profa. Dra. Lígia Maria Arruda Café.

Florianópolis, 2015.

Ficha catalográfica elaborada por Nelly Marilce Brandt, graduanda do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina.

B821m Brandt, Nelly Marilce, 1977-

Mapeamento da produção científica brasileira sobre informação jurídica na área da Ciência da Informação e Biblioteconomia / Nelly Marilce Brandt. – Florianópolis, 2015.

76 f. : il. ; 30 cm

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Maria Arruda Café.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

1. Informação jurídica. 2. Mapeamento da produção científica. 3. Comunicação científica. I. Título.

CDU 02

Esta obra é licenciada por uma licença Creative Commons de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5.



Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra;
- criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

- Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original.
- Uso não-comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- Compartilhamento pela mesma licença. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, somente poderá distribuir a obra resultante com uma licença idêntica a esta.

Acadêmica: **Nelly Marilce Brandt**

**Título: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE
INFORMAÇÃO JURÍDICA NA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
BIBLIOTECONOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Biblioteconomia, do Centro de Ciências da
Educação da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia, aprovado com nota 10.

Florianópolis, 2 de julho de 2015.



Profa. Dra. Lúgia Maria Arruda Café
Universidade Federal de Santa Catarina
Professora Orientadora



Profa. Ms. Sonali Paula Molin Bedin
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora



Ms. Renata Cardozo Padilha
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da UFSC
Membro da Banca Examinadora

RESUMO

BRANDT, Nelly Marilce. **Mapeamento da produção científica brasileira sobre informação jurídica na área da Ciência da Informação e Biblioteconomia. 2015.** 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

Pesquisa que trata da literatura publicada sobre a temática da informação jurídica. Objetiva mapear a produção de artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos brasileiros em língua portuguesa sobre informação jurídica nas áreas da Ciência da Informação e Biblioteconomia. Na fundamentação teórica aborda sobre o conceito e a origem da informação jurídica, assim como trata sobre a comunicação científica. Caracteriza-se como pesquisa documental de natureza exploratória, descritiva e quali-quantitativa. Realiza a análise quantitativa das publicações por meio da qual obtêm dados referentes ao tipo de publicação, número e ano; tipo de autoria, gênero, vínculo institucional, única ou múltipla, e autores mais citados. Também realiza análise qualitativa do conteúdo referente às abordagens temáticas recuperadas. Adota como fonte de constituição do corpus da pesquisa a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os Anais de Evento do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Na estratégia de busca utiliza o termo “informação jurídica”. Os resultados obtidos possibilitaram identificar que: a) as publicações são mais frequentes em artigos de periódicos do que em trabalhos publicados em anais de eventos; b) a revista Ciência da Informação é o periódico que mais se destacou em número de publicações; c) 2012 foi o ano que mais obteve publicações sobre o tema informação jurídica; d) houve predomínio de autoria do sexo feminino, sendo 18 autoras e cinco autores; e) a UNESP e a UFPB concentram a maior parte dos autores; f) a autoria múltipla é maior do que a única; g) os autores mais citados são: José Augusto Chaves Guimarães e Edilenice Passos. Quanto à análise qualitativa, as categorias temáticas encontradas na análise das publicações foram: 1) Indexação, Recuperação e Organização da Informação Jurídica na Web; 2) Biblioteca Jurídica; 3) Acesso e Disseminação da Informação Jurídica; 4) Usuário da Informação Jurídica; 5) Tipos de Informação Jurídica; 6) Política de Desenvolvimento de Coleções; 7) Controle da Informação Jurídica; 8) Profissional da Informação Jurídica. Conclui-se que, apesar da quantidade restrita do corpus, este é bastante diversificado em relação às suas temáticas, o que reflete a riqueza de questões sobre as quais a informação jurídica pode suscitar.

Palavras-chave: Informação jurídica. Mapeamento da produção científica. Comunicação científica.

ABSTRACT

BRANDT, Nelly Marilce. **Mapping of the Brazilian scientific production on legal information in the field of Information Science and Library Science. 2015.** 76 f. Completion of course work (Undergraduate Library) - Center for Science Education, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

This Research deals with the published literature on legal information in the areas of Information Science and Library Science. It has the aim of mapping the scientific production published in Brazilian journals and conference proceedings and written in Portuguese. The concepts related to the origin of legal information as well as to scientific communication are addressed in the theoretical foundation. This work is characterized as documentary, exploratory, descriptive and qualitative and quantitative research. The quantitative analysis of publications was performed handling data about the publication type, number and year; type of authorship, genre, institutional affiliation, single or multiple, and the most cited authors. The content qualitative analysis relates to the recovered thematic approaches. Three sources of information have been considered, namely: The Journal Articles on Information Science Referential Database (BRAPCI), the Journals Portal from the Higher Education Human Resources Training Coordination (CAPES), and the conference proceedings of the National Colloquium of Research on Information Science (ENANCIB). The search strategy over these sources applied the term “legal information”. Main findings of this research are: a) publications are more common in journal articles than papers published in conference proceedings; b) the Information Science Journal is the most relevant source in terms of number of publications; c) the largest number of publications in the area happened in 2012; d) there was a female predominance of authorship, 18 female and five male; e) UNESP and UFPB concentrate most of the authors; f) multiple authorship prevails single authorship; g) the most cited authors are: José Augusto Chaves Guimarães and Edilenice Passos. In what the qualitative analysis is concerned, the thematic categories found after the publication analysis were: 1) Indexing, Retrieval and Organization of Legal Information on the Web; 2) Law Library; 3) Access and Dissemination of Legal Information; 4) Legal Information Users; 5) Types of Legal Information; 6) Collection Development Policy; 7) Control of Legal Information; 8) Legal Information Professionals. It was concluded that, despite the limited amount of the corpus, it is quite variable regarding their themes, which reflects the richness of the issues on which legal information can raise.

Keywords: Legal information. Mapping of scientific production. Scientific communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 – Elementos formais e informais da comunicação científica.....	26
Quadro 2 – Revistas/Anais de Eventos, quantidade e ano de publicação, 1993-2013, Brasil.....	36

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Publicações, quantidade, 1993-2013, Brasil.....	35
Gráfico 2 – Quantidade de publicações por ano, 1993-2013, Brasil.....	38
Gráfico 3 – Gênero dos autores, quantidade de publicações, 1993-2013, Brasil..	39
Gráfico 4 – Tipo e quantidade de autoria, 1993-2013, Brasil.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de autores por instituição e empresa de vinculação, 1993-2013, Brasil.....	40
Tabela 2 – Relação de autores mais citados, 1993-2013, Brasil.....	42
Tabela 3 – Categorias temáticas e quantidade, 1993-2013, Brasil.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDDIR	Classificação Decimal de Direito
CDU	Classificação Decimal Universal
CIDB	Centro de Informação, Documentação e Biblioteca
CIJEV	Centro de Informação Jurídica Eletrônica e Virtual
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FIL.	Filosofia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
LEME	Legislação do Ministério de Minas e Energia
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
NJUR	Base de Dados de Normas Jurídicas
PRODASEN	Processamento de Dados do Senado Federal
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
RCB	Raciocínio Baseado em Casos
SEER	Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas
SICON	Sistema de Informações do Congresso Nacional
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCC	Trabalhos de Conclusão de Curso

TREC	Text REtrieval Conference
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USP	Universidade de São Paulo
WWW	World Wide Web

Dedico este trabalho ao meu esposo Daniel Monteiro Dias, ao meu filho Clark Brandt Monteiro Dias, e a minha Família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela sua presença em todos os dias da minha vida.

Agradeço ao meu esposo Daniel Monteiro Dias, ao meu filho Clark Brandt Monteiro Dias, e minha cadelinha Pandora, pelo amor, carinho, paciência e compreensão. Amo vocês!

Agradeço a minha família, pelos momentos felizes e difíceis que enfrentamos em nossa caminhada. Pela educação recebida, e pela orientação de sempre ser uma pessoa do bem. Agradeço a minha mãe e irmã, que sempre me apoiaram e me ajudaram. Sinto um amor incondicional por vocês.

Agradeço as minhas colegas de turma, em especial Jeane, Késia e Mirian, por todas as brincadeiras e risadas que tornavam nossas aulas mais alegres e divertidas.

Agradeço a minha orientadora Profa. Lígia Maria Arruda Café, pelos conselhos e elogios. Pela paciência e dedicação durante nossas reuniões de orientação. Sinto orgulho em me espelhar na brilhante Bibliotecária que tu és.

Agradeço a todos os servidores, professores e colegas de trabalho do Departamento de Automação e Sistemas do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo incentivo e carinho recebido ao longo desses 11 anos que estamos juntos.

Agradeço aos professores do Curso de Graduação em Biblioteconomia, pela orientação acadêmica e formação profissional.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, pelo ensino gratuito e de qualidade.

Por fim, a todos que direta e indiretamente participaram da minha vida acadêmica. A todos vocês, o meu muito obrigada, de coração.

"Se você continuar fazendo o que sempre fez, continuará obtendo o que sempre obteve. Para conseguir um resultado diferente você terá de fazer algo diferente". (Lair Ribeiro)

"Passo a passo. Não consigo pensar em nenhum outro modo de se realizar algo". (Michael Jordan)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	Informação jurídica: origem, conceito e organização	18
2.2	Comunicação científica	23
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1	Caracterização da pesquisa	32
3.2	Fontes para constituição do corpus	32
3.3	Etapas	33
4	RESULTADOS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	35
4.1	Caracterização das publicações	35
4.2	Caracterização dos autores	39
4.3	Análise das temáticas	43
4.3.1	Indexação, recuperação e organização da informação jurídica na web .	44
4.3.2	Usuário da informação jurídica	46
4.3.3	Acesso e disseminação da informação jurídica	49
4.3.4	Biblioteca jurídica	50
4.3.5	Controle da informação jurídica	51
4.3.6	Política de desenvolvimento de coleções	52
4.3.7	Profissional da informação jurídica	53
4.3.8	Tipos de informação jurídica	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICE A – FICHA DOCUMENTAL 1	62
	APÊNDICE B – FICHA DOCUMENTAL 2	64
	APÊNDICE C - REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS E DOS ANAIS DE EVENTOS DO CORPUS DA PESQUISA.....	68
	APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS AUTORES QUE PUBLICARAM SOBRE A TEMÁTICA INFORMAÇÃO JURÍDICA, PERÍODO 1993 –	

2013, BRASIL	70
---------------------------	-----------

APÊNDICE E - RELAÇÃO COMPLETA DOS AUTORES CITADOS NOS ARTIGOS, PERÍODO 1993 – 2013, BRASIL	71
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

A informação jurídica é o meio pelo qual as pessoas conhecem seus direitos e deveres como sujeitos integrantes de um grupo social. Sua relevância se dá pelo fato de ser ela a via pela qual o indivíduo, ao tomar conhecimento de suas obrigações e direitos, passa a integrar a sociedade de forma plena e legítima, permitindo assim o êxito do exercício da cidadania. A garantia ao acesso a informação jurídica é, portanto, fundamental ao desenvolvimento do indivíduo.

O que diferencia a informação jurídica das demais informações são suas peculiaridades que a definem em três tipos: *Doutrina* (forma descritiva: teorias e interpretações sobre a ciência jurídica), *Legislação* (forma normativa: conjunto normativo que regula o convívio social) e *Jurisprudência* (forma interpretativa: interpretação e aplicação das leis). No que se refere à dimensão temporal, a informação jurídica é eterna, tendo em vista ser igualmente importante a consulta da legislação anterior e a em vigor no momento de uma tomada de decisão ou análise de um processo por um profissional da área jurídica. (GUIMARÃES, 1993).

Todos os órgãos públicos, mesmo não sendo entidades ligadas à carreira jurídica, necessitam de assessoramento jurídico para as suas atividades. No Brasil, as instituições públicas são entidades ligadas ao Governo em todos os níveis e constituem importantes fontes de informação jurídica, mesmo que estas não atuem diretamente na área.

Do ponto de vista de seu desenvolvimento, boa parte do avanço da informação jurídica se deve à divulgação feita pela iniciativa privada, que explorou comercialmente as publicações deste campo em livrarias, editoras, cartórios, escritórios de advocacia, grupos de documentação jurídica etc.

O desenvolvimento de uma área se dá como consequência dos avanços em pesquisas teóricas e aplicadas. Neste contexto, a comunicação científica, foco do presente estudo, exerce um papel fundamental. No campo da informação jurídica não tem sido diferente. A produção, disseminação e uso da informação são processos que constituem o fluxo da comunicação científica nos diversos domínios. A troca de ideias entre os pesquisadores se faz por meio da produção de documentos científicos como dissertações, teses, monografias, livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, etc. Entre eles, escolhemos, para esta pesquisa, os artigos de periódicos e os trabalhos publicados em anais de eventos, tendo em vista

o interesse em conhecer aquilo que tem se registrado de mais novo nos estudos sobre informação jurídica no campo da Ciência da Informação e Biblioteconomia.

No Brasil, existem muitas pesquisas na área jurídica, mas especificamente sobre informação jurídica, na perspectiva do tratamento e difusão, os estudos parecem ainda serem escassos.

Tendo em vista esta pressuposição preliminar, pretende-se com este trabalho, fazer um reconhecimento mais detalhado sobre as pesquisas registradas em artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de evento na temática informação jurídica. O intuito é oferecer aos interessados pelo assunto, dados sobre as temáticas do momento, inclusive, levando-os a tomar conhecimento sobre os autores que mais publicam nesta área, quais os mais citados, em quais revistas e congressos publicam e a quais instituições estão vinculados, entre outros.

Com todos estes questionamentos em aberto, é que nos propomos a fazer este reconhecimento, a fim de absorver mais sobre informação jurídica, uma vez que o interesse em ser um Profissional Bibliotecário Jurídico especializado está cada vez mais evidente nos alunos de Biblioteconomia.

Diante do exposto, a questão fundamental da pesquisa é: Como se apresenta a literatura brasileira em língua portuguesa sobre informação jurídica publicada em artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos da área de Ciência da Informação e Biblioteconomia?

Este estudo tem como objetivo geral *Mapear a produção de artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos brasileiros em língua portuguesa sobre informação jurídica nas áreas da Ciência da Informação e Biblioteconomia*. Para atingir este fim, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Levantar os artigos de periódicos e os trabalhos (comunicações) publicados em anais de eventos que possuem a temática “informação jurídica”;
- b) identificar as publicações e caracterizá-las quanto a quantidade e ano;
- c) caracterizar os autores quanto ao gênero, vínculo institucional, autoria (única ou múltipla) e citação;
- d) descrever as principais temáticas adotadas nas publicações.

Este trabalho está organizado da seguinte forma:

No capítulo 2, apresentam-se a fundamentação teórica sobre a origem, conceito e organização da informação jurídica, um breve histórico da comunicação científica, periódicos e anais de eventos. No capítulo 3, estão descritos os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos propostos anteriormente. No capítulo 4, encontram-se os resultados obtidos com a análise dos artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos recuperados para a pesquisa. No capítulo 5, as considerações finais do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento de pesquisas científicas, a fundamentação teórica deve ser consistente, pois ela é o alicerce que as sustenta. Nesta pesquisa, o referencial teórico focou duas temáticas principais: informação jurídica e comunicação científica.

2.1 Informação jurídica: origem, conceito e organização

A informação, quando usada sabiamente, constitui-se instrumento formador da consciência crítica do ser humano, podendo levá-lo à conquista do sucesso intelectual e profissional.

Segundo Le Coadic (2004, p. 4), “a informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”, e não apenas dados registrados, ou seja, a informação é o registro do conhecimento que proporciona um sentido ao usuário que a utiliza. Desta maneira, no campo jurídico, as normas e leis podem ser entendidas como fontes de informação.

Em uma perspectiva histórica neste campo, Lima e Cunha (2008) citam o Código do Rei Hamurabi, registrado em pedra de diorito negro, criado no século XVII a.C., como uma das normas escritas mais antiga que se tem conhecimento. Os autores acrescentam outros exemplos de normas ainda mais antigas, como o Código *Ur-Nammu*, considerado o mais antigo exemplar escrito em tablets de barro no período entre 2095 e 2047 a.C.. Lima e Cunha (2008) citam igualmente, as leis das XII Tábuas (*Lex Duodecim Tabularum*), publicadas no ano 450 a.C. em Roma, um exemplo histórico e representativo do registro escrito de normas jurídicas. Veremos mais adiante que as leis também se constituem em um tipo de informação jurídica.

A informação jurídica é definida como:

[...] toda a unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, tratadistas, escritores jurídico, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais. (PASSOS, 1994, p. 363).

A informação jurídica é apresentada sob três formas distintas: doutrina, legislação e jurisprudência. Para Guimarães (1993, p. 42), “a Doutrina é descritiva, consiste na teorização do conhecimento jurídico, feita por especialistas da área e expressa em publicações monográficas ou seriadas”. É na Doutrina que se encontra a preocupação com o caráter científico da informação jurídica, por intermédio do estabelecimento de conceitos, definições, estruturas, e princípios para os institutos expressos na legislação e aplicados a casos concretos pela jurisprudência.

Segundo Guimarães (1993, p. 43-44) “a legislação corresponde, materialmente, ao conjunto de atos normativos emanados de autoridade competente”. O autor apresenta uma listagem em ordem hierárquica dos seguintes atos normativos:

- a) Constituição
- b) Emenda Constitucional
- c) Lei Complementar
- d) Lei
- e) Decreto (decreto executivo, decreto reservado ou secreto, decreto, decreto sem número, decreto judicial, decreto legislativo, decreto especial ou individual e decreto regulamentar)
- f) Decreto-Lei (revogado pelo art. 25 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988), sendo criada a Medida Provisória
- g) Resolução
- h) Portaria
- i) Circular
- j) Ordem de Serviço.

A legislação é um conjunto de leis acerca de determinada matéria existente em um município, estado e união, servindo para regular a relação entre as pessoas.

Para fins de documentação, a informação legislativa é diferente da informação doutrinária. Conforme cita o autor:

Ao contrário da informação doutrinária – que não possui regras rígidas de apresentação atendo-se, quando muito, à forma dissertativa e monográfica, a informação legislativa possui forma específica e estrutura interna pré-estabelecida, visando a promover uniformidade documentária. (GUIMARÃES, 1993, p. 44).

Ainda segundo Guimarães (1993, p. 45-46) “[...] a informação legislativa é mais sucinta que a doutrinária, apresentando-se de forma prescritiva, enumerativa e coercitiva [...]”, salientando que a vigência do documento legislativo é de fundamental importância, pois permite informar uma alteração de ato ou até mesmo

uma eventual revogação, auxiliando o documentalista na utilização deste instrumento.

A estrutura de um ato legal tem a seguinte forma: Epígrafe, Ementa, Autoria, Justificativa ou Consideranda, Título ou Nome do Ato. Quanto aos Artigos: caput, parágrafos, itens e letras. (GUIMARÃES, 1993, p. 44-45).

A jurisprudência é a ciência da lei. Consiste em uma decisão ou um conjunto de decisões judiciais que levam a um mesmo entendimento de uma dada matéria, sendo utilizada em diferentes âmbitos. Segundo Guimarães (1993, p. 47), a jurisprudência é “um trabalho interpretativo do texto legal, indispensável quando ocorrerem lacunas na lei a ser aplicada ao caso concreto”, levando o usuário a inteirar-se sobre determinado assunto.

A organização da informação jurídica é tarefa complexa. Desde as primeiras bibliotecas, este tipo de informação compunha os acervos e era tratada com base em classificação específica, conforme a necessidade do momento.

No século VI, o imperador Justiniano delegou uma comissão de juristas a fazer a organização da informação jurídica. Este trabalho tornou-se monumental e foi realizado no período de 527 a 534, conhecido como *corpus juris civilis*, sendo organizado em quatro partes e considerado um dos principais legados do Império Romano. (LIMA; CUNHA, 2008).

Conforme pesquisa realizada por Lima e Cunha (2008), essa enorme quantidade de informações disponíveis fez com que os jurisconsultos organizassem o texto de forma hierárquica, perceptível nas remissões textuais. Como exemplo, os autores citam a referência “ (C. 2, 3, 186, 9) ” a qual endereça o texto localizado no Livro 2 do Codex, Título 3, Constituição 186, Parágrafo 9. Esta sistemática adotada na estruturação dos textos normativos antecede em muito a organização em capítulos dos livros da Bíblia e permite o registro preciso das referências.

Saltando para uma época mais atual, Lima e Cunha (2008) relatam que o advento dos computadores pessoais foi marcado na década de 1980, incrementando assim, a produtividade nas organizações governamentais. Já naquela época era comum a organização de bases de dados de legislação em CD-ROM. Segundo Lima e Cunha (2008, p. 37), “No Brasil, o tratamento da informação legislativa e jurídica com auxílio de tecnologia computacional teve início em 1972 com a instalação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN)”.

Na década de 1990, na Suíça, Tim Berners-Lee e Robert Cailliau criaram o primeiro serviço para distribuição de páginas com links de hipertexto (*web server*), e o primeiro programa para navegar nestas páginas (*web browser*). Também na década de 1990, vários órgãos governamentais no Brasil começaram a disponibilizar consultas para os seus usuários nas suas bases de informações legislativas e jurídicas utilizando a *World Wide Web* (WWW).

Segundo Passos (1994), se não existissem mecanismos para controlar e recuperar toda a massa documental da informação jurídica seria o caos documental jurídico. Vários são os instrumentos que em diferentes formas podem ser utilizados para controlar a informação jurídica: catálogos de livros, de teses, de legislação, de jurisprudência, as bibliografias, as coletâneas de legislação, de jurisprudência, as bases de dados de legislação, de jurisprudência, instrumentos estes, que possibilitam o armazenamento e a recuperação da informação jurídica.

Conforme a pesquisa histórica realizada por Lima e Cunha (2008), o primeiro esquema de classificação expressamente projetado para organizar livros, foi o *Pandectae*, uma classificação de 21 áreas do conhecimento. Este esquema, criado por Gesner em 1545, para organizar cada obra da Biblioteca *Universalis*, continha um índice alfabético remissivo de assuntos, cujas entradas remetiam para a classificação codificada do *Pandectae* e outro índice alfabético remissivo de assuntos, remetendo para normas jurídicas. Esses índices foram organizados da seguinte forma: “índice combinado de 18 áreas com 4.000 entradas em 26 páginas; e índice específico da área do Direito com 4.300 entradas em 54 páginas”.

No Brasil, a Classificação Decimal de Direito (CDDir), segundo Passos (2009), foi desenvolvida pela bibliotecária Dóris de Queiros Carvalho, em 1948, tomando como base, a Classificação Decimal Universal e a Classificação Decimal de Dewey. A CDDir surgiu da necessidade da Biblioteca do Ministério da Fazenda de classificar os livros jurídicos de seu acervo.

A utilização da Classificação Decimal do Direito foi amplamente empregada nas bibliotecas jurídicas do Brasil, mostrando ser um instrumento bastante eficiente e de fácil manuseio. Outra iniciativa aconteceu quando se deu a criação do projeto LEME, que tinha como objetivo a indexação da legislação do Ministério de Minas e Energia, o qual utilizava a Classificação Decimal Universal (CDU), criada por Paul Otlet e Henri La Fontaine por volta de 1876. (MARTINEZ; GUIMARÃES, 2008).

Segundo Passos (2009), depois da criação do PRODASEN, iniciou-se o controle informatizado da legislação federal de hierarquia superior com a criação da Base de Dados de Normas Jurídicas (NJUR). Esta base de dados não oferecia textos das suas normas na íntegra, mas controlava de uma forma eficiente os relacionamentos entre as normas, indicando as suas alterações, revogações e republicações. Com o tempo foram surgindo outras bases de dados que arrolavam as referências bibliográficas do acervo da Biblioteca do Senado, incluindo matérias com teor legislativo e posteriormente a jurisprudência dos tribunais superiores. A junção das bases de dados PRODASEN e NJUR fez surgir um só sistema informativo, designado de Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON).

Com o marco da internet, várias outras bases de dados foram criadas. Tribunais passaram a oferecer sua jurisprudência, e os órgãos públicos as suas legislações. Diante deste contexto, o profissional bibliotecário jurídico é uma peça fundamental na biblioteca jurídica. Não existe, em universidades brasileiras, um curso específico de Biblioteconomia voltado para a área jurídica, mas os profissionais bibliotecários que atuam nesta área foram adquirindo os devidos conhecimentos e habilidades para atuar neste nicho de trabalho. Ressalta-se que o que permite o bibliotecário jurídico atuar na recuperação da informação jurídica é o seu conhecimento básico em Direito.

Para Passos e Barros (2009, p. 108-109), o bibliotecário jurídico, além de seus papéis tradicionais exercidos em suas tarefas cotidianas, deve cumprir com as seguintes funções:

FUNÇÃO SÓCIO-CULTURAL: entender e apoiar a cultura e o contexto da Unidade de Informação e da Instituição.

FUNÇÃO EDUCATIVA: contribuir com a disseminação do conhecimento jurídico.

FUNÇÃO TECNOLÓGICA: capacidade de demonstrar as ferramentas e estratégias de busca ao usuário e ao cidadão.

FUNÇÃO ÉTICA: zelar pelo acesso irrestrito à informação jurídica sem imposição de barreiras.

FUNÇÃO PSICO-PEDAGÓGICA: lidar com a diversidade de usuários e da comunidade.

FUNÇÃO PROMOÇÃO DA CIDADANIA: ao lidar com divulgação da informação jurídica.

Assim como em outras áreas de aplicação dos serviços bibliotecários, o serviço de disseminação da informação jurídica é estratégico e deve se antecipar ao

pedido de informação do usuário. Consiste em selecionar o material de acordo com o perfil previamente definido pelo seu usuário.

Na visão de Carvalho (2001, p. 2), a disseminação da informação depende:

[...] de modo significativo do mediador, do profissional da informação que cada vez mais se destaca na filtragem da informação através da comunicação formal e informal. Originariamente, o profissional que atuava nessa área lidava com o livro, primeiro meio de comunicação importante. Era o bibliotecário. Com o avanço das tecnologias, essa condição se modifica e se incorporam novos suportes, novas atribuições decorrentes da complexidade das mudanças no campo da informação.

Com a chegada das novas tecnologias da informação, os canais de informação utilizados para disseminar a informação mudaram. Os bibliotecários, que anteriormente ofereciam cópia de sumários de periódicos, hoje podem utilizar o correio eletrônico ou a página da instituição em versão eletrônica.

Com o excesso de informações disponíveis na internet, a árdua tarefa de tratar e difundir a informação está cada vez mais presente, não sendo diferente no caso da informação jurídica. Esta constatação reafirma a complexidade da organização da informação jurídica com fins de melhorar a qualidade da recuperação e o papel fundamental do bibliotecário no processo de instrumentalização do cidadão no que se refere aos seus direitos e deveres.

2.2 Comunicação científica

A comunicação científica concretizou-se pelo crescente número de universidades criadas na Europa, devido à Revolução Industrial. E também, a partir da Revolução Científica no século XVII, proporcionando assim o aumento de uma variedade de publicações e o surgimento de novos saberes. Sabe-se, que a Revolução Científica tornou o conhecimento mais estruturado e mais prático, marcando a ruptura das práticas científicas ditadas pela Igreja Católica.

A comunicação científica surge:

[...] da necessidade de certificar, por meio da publicação, os achados científicos. O processo de produção e comunicação do conhecimento modificou o cenário científico desde a revolução científica (século XVII), quando surgiram os primeiros periódicos científicos, que passaram a ser fontes importantes de informação. De lá para cá, a “pressão” exacerbada sofrida pelos pesquisadores para a comunicação científica passa a ser o elemento propulsor da divulgação científica. Se, por um lado, essa “pressão”

contribui para o rápido desenvolvimento científico, observado a partir da segunda metade do século XX e que culminou com a explosão de novas tecnologias e avanços científicos, por outro lado, hoje, o pesquisador sente-se obrigado a publicar suas pesquisas, muitas vezes até mesmo sem tê-las concluído. A publicação científica aparece como elemento indispensável para o pesquisador em sua busca de legitimidade. (SILVA; BITTAR; HAYASHI, 2009, p. 2).

A produção do conhecimento é viabilizada mediante os processos de comunicação científica. Esses processos são desenvolvidos pelos pesquisadores por intermédio da troca de informações sobre as suas pesquisas.

Para que esta troca se realize, isto é, que a comunicação científica ocorra efetivamente, Vanz e Caragnato (2003) ressaltam ser necessário que os pesquisadores disseminem o conhecimento científico por intermédio de suas publicações.

Cruz e Ribeiro (2003) definem pesquisa como uma busca ou procura. Compreender a forma de processamento e explicar os fenômenos observáveis no universo, não significa uma acumulação de fatos, mas sim, a compreensão de um resultado que poderá ou não ser confirmado. Nesta busca, a comunicação científica é de fundamental importância para o desenvolvimento científico. As ciências e suas descobertas não terão sentido se os resultados desses estudos não forem disponibilizados para a comunidade de um modo geral.

Segundo Meadows (1999, p. 36), a comunicação científica cumpre a função de:

[...] dar continuidade ao conhecimento científico, disseminando esse conhecimento a outros cientistas que podem, a partir daí, desenvolver outras pesquisas, para corroborar ou refutar os resultados de pesquisa anteriores, ou estabelecer novas perspectivas naquele campo de interesse. Por meio da comunicação científica, os membros dessa comunidade se mantêm informados sobre as tendências da área, os estudos já realizados e seus resultados.

Dias (2008) também lembra que a principal função da comunicação científica é dar continuidade ao conhecimento científico, possibilitando assim, que outros pesquisadores desenvolvam novas pesquisas. Resultados publicados de pesquisas anteriores poderão ou não refutar novas descobertas. Sem a literatura científica, a disseminação do conhecimento seria muito limitada, e não haveria ciência.

A comunicação científica serve para viabilizar respostas específicas aos pesquisadores. Ela contribui para que o pesquisador esteja ciente dos novos desenvolvimentos em seu campo de atuação, estimulando-os a buscarem novos

conhecimentos. O pesquisador quando divulga suas descobertas, espera o reconhecimento de seus pares.

Para Targino (2000, p. 10):

A comunicação científica é indispensável à atividade científica, pois permite somar os esforços individuais dos membros das comunidades científicas. Eles trocam continuamente informações com seus pares, emitindo-as para seus sucessores e/ou adquirindo-as de seus predecessores. É a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem.

No processo da comunicação científica, são usados canais de comunicação intitulados formal e informal. Para Meadows (1999), esta formalização de traçar uma distinção entre os canais se faz necessária, tendo em vista o reconhecimento do valor do conteúdo da informação em relação ao seu tempo de existência. Nesse sentido, a comunicação formal encontra-se disponível por longos períodos de tempo enquanto que a comunicação informal, em geral é efêmera, ficando à disposição de um público seletivo.

São várias as definições utilizadas para a comunicação informal e formal. Mueller (2000, p. 22-23) define da seguinte forma:

A comunicação informal utiliza os chamados canais informais e inclui normalmente comunicações de caráter mais pessoal ou que se referem à pesquisa ainda não concluída, como comunicação de pesquisa em andamento, certos trabalhos de congressos e outras com características semelhantes. A comunicação formal se utiliza de canais formais, como são geralmente chamadas as publicações com divulgação mais ampla, como periódicos e livros. Dentre esses últimos, o mais importante, para a ciência, são os artigos publicados em periódicos científicos.

Le Coadic (2004) trabalha com as perspectivas da comunicação escrita – canal formal, sendo as publicações primárias, secundárias e terciárias, e a comunicação oral – canal informal que compreende conferências, seminários, colóquios, etc.

No quadro abaixo, o autor ressalta as diferenças existentes entre os elementos formais e informais da comunicação científica ligados à audiência, armazenamento, atualidade, orientação, redundância e interatividade:

Quadro 1 – Elementos formais e informais da comunicação científica

<i>Elementos Formais</i>	<i>Elementos Informais</i>
Pública (audiência potencial importante)	Privada (audiência restrita)
Informação armazenada de forma permanente, recuperável	Informação em geral não armazenada, irrecuperável
Informação relativamente velha	Informação recente
Informação comprovada	Informação não comprovada
Disseminação não uniforme	Direção do fluxo escolhida pelo produtor
Redundância moderada	Redundância às vezes muito importante
Ausência de interação direta	Interação direta

Fonte: Le Coadic (2004, p. 34).

A comunicação científica está diretamente ligada à comunidade científica. Conforme afirmam Silva, Pinheiro e Reinheimer (2013, p. 145), “uma pesquisa ganha reconhecimento de sua importância e passa a existir para a comunidade científica após a publicação dos seus resultados [...]”, sendo assim, a divulgação por meio de um artigo científico ou em anais de congressos é de suma importância para a comunidade científica.

O sistema de comunicação científica vem se estruturando com o passar dos anos. Muitos canais de comunicação foram criados para que a ciência pudesse ser viabilizada, e com isso, o periódico científico se tornou um dos principais meios de comunicação entre os pesquisadores.

Desde a invenção da imprensa até o século XVII, as notícias sobre ciência, técnicas variadas e invenções eram veiculadas em folhetins, volantes e jornais cotidianos. Segundo Freitas (2006), o conhecimento mais especializado era comunicado por correspondências entre os pesquisadores ou enviado às agremiações científicas, originando assim as publicações científicas, que antes eram dirigidas para um público seletivo, agora são dirigidas para um público mais amplo, embora específico.

O marco do surgimento da ciência moderna trouxe consequências no formato da comunicação científica. Este formato foi passando da oralidade e da escrita de cartas, livros, atas, tratados, para meios mais rápidos e precisos, permitindo assim, um amplo alcance (MUELLER, 2000). Este fenômeno possibilitou a troca de informações entre os pesquisadores e fez surgir o periódico científico.

Os periódicos científicos são importantes canais de publicação de notícias científicas, desde os seus primórdios, expandindo-se, especializando-se e vindo a realizar importantes funções no mundo da ciência, bem como trazendo a formalização do processo de comunicação, antes pautado na comunicação informal. (FERREIRA, 2008; MEADOWS, 1999; WEITZEL, 2006).

No Brasil, os periódicos surgiram no século XIX com a vinda da corte portuguesa, especialmente em 1810 com a criação da Imprensa Régia. Freitas (2006, p. 55) menciona que:

[...] embora as condições artificialmente criadas tivessem o intuito de transplantar as instituições portuguesas para o Brasil, servindo às necessidades da Corte portuguesa, acabaram por iniciar a institucionalização da cultura brasileira e por estimular os brasileiros a elaborar uma identidade nacional e organizarem-se como nação.

Freitas (2006, p. 56) relata que “as publicações periódicas da Imprensa Régia são inauguradas com o jornal a Gazeta do Rio de Janeiro, em 1808”. A Imprensa Régia também publicava documentos oficiais entre outros. Muitos autores consideram a revista “O Patriota, Jornal Literário, Político, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro”, o primeiro periódico impresso do Brasil, destinado a publicar textos de ciência, história e literatura brasileira, editado nos anos de 1813 e 1814 pela Imprensa Régia.

O periódico é um veículo privilegiado da comunicação científica, pois ele dissemina com domínio todas as etapas da produção de uma pesquisa consolidada no processo de geração de conhecimento. Essas etapas são:

a) a verbal, como parte da discussão inicial sobre as conformidades teóricas e metodológicas do trabalho investigativo em si; b) a da formatação escrita das primeiras comunicações, com os resultados preliminares da pesquisa, encaminhados para subsidiar os debates sobre o conhecimento do campo; c) a da transformação dos resultados dos debates realizados em eventos e em outros ambientes em novos textos como acréscimo ou aperfeiçoamento dos primeiros conteúdos escritos, gerando ensaios e artigos. No caso de ensaios, são estruturados em narrativas experimentais pelo menor compromisso com a comprovação dos argumentos. (SOUZA, 2008, p. 141).

A comunidade científica requer que os artigos científicos mantenham qualidade, garantindo assim, a confiabilidade no conhecimento produzido e disseminado. Para manter esta qualidade, além do uso de métodos e técnicas para

a geração e divulgação dos resultados, os mesmos devem ser divulgados e julgados pelos seus pares.

Com a evolução dos meios de comunicação científica nos tempos da comunicação eletrônica, os suportes encontram-se cada vez mais dinâmicos e interativos, gerando diversas possibilidades de se compartilhar os conhecimentos científicos.

Segundo Ziman (1981), quando se pensa em comunicação científica, logo se pensa em periódicos científicos, os quais ocupam grande parte de qualquer biblioteca.

Para Fachin (2002), são por meio dos periódicos científicos que os resultados das pesquisas são divulgados, constituindo-se em elementos importantes e fundamentais na disseminação e evolução da ciência e tecnologia de um país.

De acordo com Oliveira (2008), o periódico científico é sim o maior canal formal da comunicação científica existente no mundo, e com os avanços da tecnologia nas últimas décadas, alguns periódicos científicos passaram a ser desenvolvidos apenas em ambiente eletrônico, surgindo assim, os “periódicos eletrônicos”.

Os periódicos eletrônicos, por sua vez, estão sendo cada vez mais utilizados pelos pesquisadores. Conforme Ferreira (2010), seus benefícios estão nos recursos que muitos sites e portais de periódicos oferecem para busca e recuperação da informação, no formato e nas facilidades para impressão do arquivo, armazenamento, leitura e *download*. Devido a estas novas transformações,

[...] o processo de edição e publicação on-line abrange aspectos particulares vinculados ao suporte como a disponibilidade de acesso, resgate das informações, critérios de interatividade e navegabilidade. Estes, contudo, devem seguir parâmetros balizados pela tradição e legitimidade do impresso: apresentar política editorial, possuir conselho editorial, uma rigorosa revisão de qualidade (peer review), dedicar-se a uma área específica, manter edições regulares, ter ISSN, apresentar instruções aos autores, não ter caráter departamental, para citar alguns. (GRUSZYNSKI; GOLIN, 2007, p. 2).

Costa e Sandes-Guimarães (2010) asseguram que estas metodologias são de grande importância, pois se um processo editorial for adequadamente elaborado, com certeza irá contribuir para a qualidade dos artigos publicados. Para um periódico científico alcançar um alto nível de impacto, ele precisa ter um maior nível de qualidade.

No Brasil, o sistema de avaliação utilizado para os periódicos é o Qualis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É um sistema de avaliação por áreas, e é anualmente atualizado. Segundo a CAPES (2014), para os periódicos “São atribuídos estratos indicativos de qualidade, representados por letras (A, B e C) seguidos por números (1, 2, 3, 4 e 5). A1 é o mais elevado, e o C possui peso zero”.

Para a realidade brasileira, de acordo com Ferreira (2010), o Sistema Qualis da CAPES, com o seu formato de avaliação por estratos, é a melhor maneira de analisar a qualidade de um periódico.

Os periódicos científicos se distinguem das demais publicações justamente pela avaliação por pares, ou seja, apenas especialistas da área é que estão em posição de julgar a confiabilidade de um conteúdo para publicação, independentemente do seu suporte.

Um grande desafio para as instituições de acordo com Fachin e Rodrigues (2008) é a criação de um novo setor, uma nova estrutura organizacional para os vários periódicos disponíveis em um portal. É necessário o envolvimento de todos os atores em todas as etapas.

[...] São tantos os detalhes, as adequações, as correções, os treinamentos que este novo setor pode se configurar como uma “metaeditora”. Sendo assim, o portal passa a se compor com vários editores de periódicos científicos, de diversas áreas do conhecimento e cada um com suas especificidades, particularidades, às vezes conflitantes, que requerem atendimentos específicos. (FACHIN; RODRIGUES, 2008, p. 6).

Os eventos ou encontros científicos também fazem parte da comunicação científica. Eles podem ser realizados de acordo com a importância e a abrangência de um determinado assunto, também podem ser pequenos encontros de especialistas ou até congressos internacionais reunindo um número significativo de participantes.

A finalidade destes eventos é reunir especialistas e profissionais de uma determinada área de atuação para transmissão de informações de interesse em comum aos participantes.

É de fundamental importância que todas estas transmissões de ideias e fatos novos cheguem ao conhecimento da comunidade, e para isso, os trabalhos aceitos e apresentados nos eventos são divulgados em um único documento, denominado

anais. Os anais de eventos são considerados literatura cinzenta, pois são editados de forma não convencional, não formalmente, se tornando assim, de difícil localização e aquisição pelos usuários interessados. “São reconhecidos como uma importante fonte de informação em diversos países e por organizações científicas renomadas, pois eles apresentam informações primárias, fruto de recentes descobertas”. (SOUSA; FRANKLIN; BARCELLOS, 2010, p. 1).

Para Población (1992, p. 243):

A literatura cinzenta ou não convencional que marca presença nos dias de hoje deve ser enfocada em seus vários aspectos, inclusive como processo de comunicação. Com a conotação de literatura cinzenta, embora não muito familiar no Brasil, vem sendo usada com aceitação pela comunidade científica, desde o final do século XIX em vários países da Europa e nos Estados Unidos.

Os especialistas e profissionais da informação que participam da programação de eventos e que aplicam recursos consideráveis para o desenvolvimento de estudos e a geração deste tipo de literatura, confirmam que o gerenciamento da literatura cinzenta caracteriza-se como uma área emergente dentro da Ciência da Informação. (POBLACIÓN et al., 1995).

Segundo Meadows (1999, p. 135), “Como método de transmissão de informação científica, a fala padece de mais limitações do que a escrita”, pois se leva menos tempo para ler um artigo, do que ouvir uma palestra sobre o referido artigo em questão.

O nível de desprendimento das apresentações científicas orais e escritas varia conforme:

As apresentações científicas orais normalmente não atingem o mesmo nível de desprendimento. Também isso varia, dependendo do conteúdo. Material narrativo, por exemplo, em geral pode ser apresentado de maneira informal do que uma sequência de argumentos lógicos. (MEADOWS, 1999, p. 136).

Meadows (1999) menciona a retroalimentação como uma das principais vantagens da apresentação oral. O autor afirma que o fato da pesquisa estar sendo apresentada pelo seu próprio criador, é uma vantagem muito importante, pois o mesmo irá identificar com mais atenção para os pontos mais importantes e de mais dificuldade da sua pesquisa.

Desta forma, os periódicos e os anais de eventos funcionam como instrumentos de comunicação científica, contribuindo para o processo de socialização da informação e do conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção estão descritas a caracterização da pesquisa, a identificação das fontes para constituição do corpus e a delimitação das etapas para atingir os objetivos propostos.

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa é definida por Gil (2010, p. 1) como “um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A presente pesquisa define-se como exploratória, pois tem como função “reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior” (BRAGA, 2007, p. 25). Segundo Vergara (2004), a investigação exploratória é mais utilizada em áreas nas quais há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

Esta pesquisa também se caracteriza como descritiva, pois o seu objetivo é de “identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos”. (BRAGA, 2007, p. 25).

Do ponto de vista da abordagem do problema, esta pesquisa se caracteriza como quali-quantitativa. De acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”, e a pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las [...]”.

3.2 Fontes para constituição do corpus

Para a constituição do corpus da pesquisa foram utilizados como fonte de informação da coleta de dados os artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos indexados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), e no Repositório do

Projeto de Pesquisa “Questões em Rede” do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

Para a pesquisa, estas fontes de informação são importantes, pois indexam artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos relevantes para a área da Ciência da Informação e Biblioteconomia.

A base de dados da BRAPCI foi constituída como produto do projeto de pesquisa “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”, cujo objetivo foi subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. A BRAPCI é uma das principais fontes de informação pertinente aos pesquisadores e estudantes da área sobre produção científica em Ciência da Informação no Brasil.

Com o intuito de completar o levantamento dos artigos, optou-se por verificar também no Portal de Periódicos da CAPES. Este portal de periódicos é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza as produções científicas para as instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Seu objetivo é de reduzir os desnivelamentos no acesso à informação científica no Brasil.

O Repositório do Projeto de Pesquisa “Questões em Rede” dos Trabalhos publicados em Anais de Evento do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) está em fase de teste e é constituído por trabalhos e palestras apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação-ENANCIBs, desde a sua primeira edição de 1994.

O ENANCIB por sua vez constitui o principal evento de pesquisa na área da Ciência da Informação no Brasil. Os ENANCIBs são promovidos anualmente pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIPI). O evento tem como objetivo, intensificar a reflexão sobre o papel da informação na sociedade em rede, especialmente no que diz respeito à inovação para um desenvolvimento humano sustentável.

3.3 Etapas

Para atingir os objetivos da pesquisa foram definidas algumas etapas para a condução do trabalho proposto.

O primeiro objetivo *“levantar os artigos em periódicos e os trabalhos publicados (comunicações) em anais de eventos que possuem a temática informação jurídica”* foi alcançado por meio da busca por título que continha o termo “informação jurídica”. Foram recuperadas 14 referências nas três fontes pesquisadas. O período em que as referências foram recuperadas foi de 1993-2013. Na base de dados da BRAPCI, foram recuperados nove artigos de periódicos. No repositório dos encontros do ENANCIB, foram recuperadas quatro comunicações. No portal de periódicos da CAPES, na área da Ciência da Informação e Biblioteconomia, foi identificado apenas um artigo de periódico. A quantidade reduzida do corpus constitui o universo de documentos do contexto estudado, definindo esta pesquisa como censitária.

Para alcançar o segundo objetivo, *“identificar as publicações e caracterizá-las quanto à quantidade e ano”*, foi feito um levantamento de dados nas 14 referências recuperadas, conforme registrado no Apêndice A.

O terceiro objetivo, *“caracterizar os autores quanto ao gênero, vínculo institucional, autoria (única ou múltipla) e citação”*, foi atingido pela descrição do gênero dos autores, qual o seu vínculo institucional, se a autoria das publicações foi única ou múltipla, e quais os autores foram os mais citados. Os dados levantados foram registrados no instrumento de coleta de dados elaborado para o fim desta pesquisa disponível nos Apêndices A e E.

O quarto e último objetivo, *“descrever as principais temáticas adotadas nas publicações”*, foi concretizado pela descrição de quais abordagens foram adotadas nas referências recuperadas. Para atingir este objetivo utilizou-se o instrumento de coleta de dados que se encontra no Apêndice B, o qual mostra o resumo na sua íntegra das referências recuperadas.

Com base em todo o material levantado procedemos à sistematização do mesmo fazendo os devidos cruzamentos e análises de forma a mostrar o mapeamento da literatura brasileira registrada sobre o tema informação jurídica em língua portuguesa nas áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia.

4 RESULTADOS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A descrição dos resultados será feita pela caracterização das publicações e dos autores, e a análise dos dados será descrita com as temáticas abordadas na pesquisa.

4.1 Caracterização das publicações

Os 14 documentos recuperados nas fontes de pesquisa foram publicados em anais de eventos e revistas, conforme Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Publicações, quantidade, 1993-2013, Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Em um período de 20 anos, compreendendo 1993-2013, foram recuperados 10 artigos de periódicos e quatro trabalhos publicados em anais de eventos com a temática “informação jurídica” dentro da área da Ciência da Informação e Biblioteconomia.

Ressalta-se que a publicação em revistas é muito mais notória do que a publicação em trabalhos publicados em anais de eventos. As revistas têm um alcance muito maior de leitores, enquanto que os trabalhos publicados em anais de eventos são bem mais restritos.

Segundo Meadows (1999, p. 127) “os principais produtos da edição científica são os periódicos e os livros”, pois são considerados como publicações definitivas dos resultados de projetos de pesquisa. As publicações em anais de eventos podem levar algum tempo para serem publicadas, por isso são menos úteis em áreas sujeitas a mudanças rápidas, como é o caso da Ciência da Informação e Biblioteconomia.

As fontes que publicaram sobre o tema “informação jurídica” em artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos, durante o período de 1993-2013, foram: Ciência da Informação; Biblionline; Informação & Informação; Biblios Online; Perspectivas em Ciência da Informação; Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação; Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIBs). O Quadro 2 mostra a quantidade de publicação e ano em cada fonte (revistas ou anais de evento).

Quadro 2 – Revistas/Anais de Eventos, quantidade e ano de publicação, 1993-2013, Brasil

Revistas/Anais de Eventos	Quantidade	Ano Publicação
<i>Ciência da Informação</i>	3	1994, 2000, 2013
<i>Biblionline</i>	2	2006, 2012
Informação & Informação	1	2012
Biblios Online	1	2011
Perspectivas em Ciência da Informação	1	2013
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	1	1993
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1	2006
VI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - VI ENANCIB	1	2005

VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação -VIII ENANCIB	1	2007
X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação -X ENANCIB	1	2009
XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação -XIII ENANCIB	1	2012

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

As duas revistas com maior destaque foram: a *Ciência da Informação* com três publicações nos anos de 1994, 2000 e 2013; seguida do periódico *Biblionline* com duas publicações. A *Biblionline* teve as suas publicações sobre o tema concentrados nos anos de 2006 e 2012.

A revista *Ciência da Informação* possui uma atuação marcante no campo da Ciência da Informação e no setor de Informação em Ciência e Tecnologia pela veiculação de contribuições significativas de especialistas nacionais e estrangeiros com notório saber, pela abrangência de seu público constituído pela comunidade acadêmica, pesquisadores e profissionais não só de Ciência da Informação, mas também de áreas correlatas.

Publicada quadrimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a revista *Ciência da Informação* destina-se:

[...] à publicação de trabalhos originais relacionados com a Ciência da Informação ou que apresentem resultados de estudos e pesquisas sobre as atividades do setor de informação, tanto bibliográfica quanto não bibliográfica, em ciência e tecnologia. (CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2015).

A *Biblionline* é uma revista eletrônica que prioriza colaborações inéditas, principalmente aquelas originadas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Cursos de Graduação em Administração da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Museologia. Faz publicações semestralmente nos meses de junho e dezembro de cada ano. Tem como princípio a disponibilização gratuita do conhecimento científico aos interessados, proporcionando assim uma maior democratização mundial do conhecimento. (BIBLIONLINE, 2015).

Conforme se verificou, a revista Ciência da Informação pode ser comprada e adquirida na versão impressa. Já por sua vez, a revista Biblionline desde o seu início foi de acesso apenas online, sem nenhuma publicação impressa.

No Gráfico 2, pode-se observar qual ano atingiu mais publicações sobre o tema “Informação Jurídica” na área da Ciência da Informação e Biblioteconomia.

Gráfico 2 – Quantidade de publicações por ano, 1993-2013, Brasil



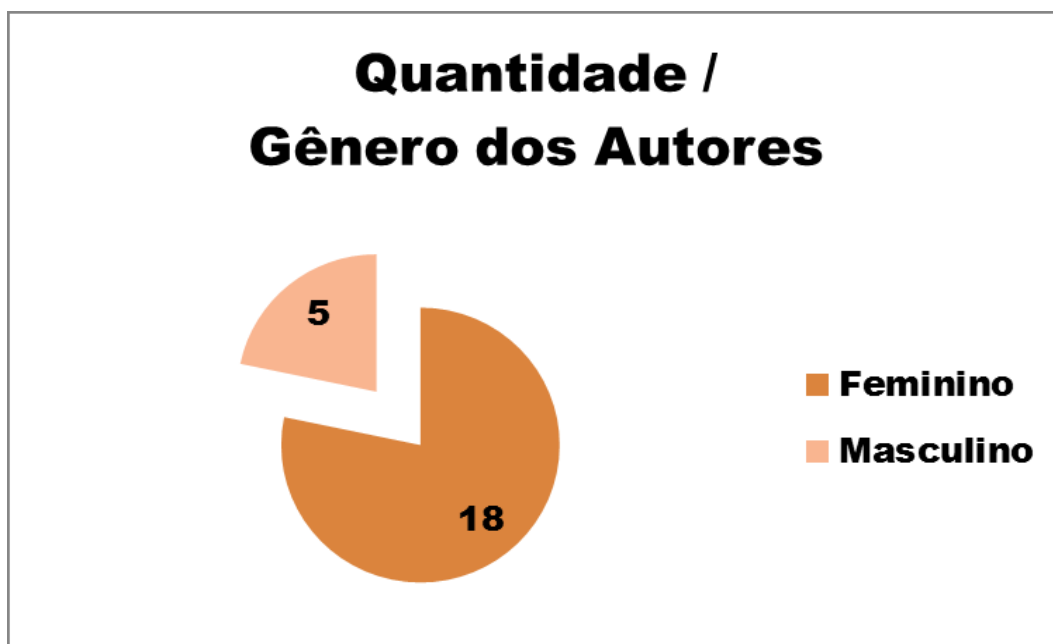
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O ano de 2012 foi o que mais teve publicações, totalizando dois artigos de periódicos e um trabalho publicado em anais de evento. Já nos anos de 2006 e 2013 foram duas publicações de artigos de periódicos em cada ano. Observa-se, que nos anos de 1993, 1994, 2000, 2005, 2007, 2009 e 2011 foram encontrados apenas uma publicação em cada ano.

4.2 Caracterização dos autores

Com relação ao gênero dos autores, o sexo feminino se destacou mais que o sexo masculino, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Gênero dos autores, quantidade de publicações, 1993-2013, Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A quantidade de autores conforme as publicações recuperadas totalizaram 23, sendo 18 autores do sexo feminino e cinco autores do sexo masculino.

Segundo Olinto (2011), a participação das mulheres nas carreiras científicas vem aumentando com o passar dos anos e com isso a supremacia masculina já não é mais tão evidente assim como era no início da carreira científica. Ainda segundo a autora:

Evidências internacionais sugerem que há diferenças de produtividade favorecendo os homens. Entretanto, essas diferenças tendem a se concentrar na fase inicial da carreira científica. As mulheres passam a mostrar mais vigor profissional que os homens em fase posterior, quando a carreira dos homens tende a se estabilizar e a delas adquire mais fôlego e tende a crescer. (OLINTO, 2011, p. 70).

Melo (2008) observa que a presença das mulheres do Brasil nas universidades já é a grande maioria, acentuando ainda mais a sua presença em mais de uma década nas publicações científicas.

Pode-se concluir que há um predomínio de autoria feminina na temática de informação jurídica publicada em artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de evento nas áreas da Ciência da Informação e Biblioteconomia.

Quanto ao perfil institucional dos autores, foram analisadas as instituições e empresa de vinculação dos mesmos, divulgadas nos respectivos artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos. Na Tabela 1, a quantidade de autores para cada instituição de vinculação e empresa ficou distribuída da seguinte forma:

Tabela 1 – Número de autores por instituição e empresa de vinculação, 1993-2013, Brasil

Instituição / Empresa	Autor	%
<i>Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)</i>	4	17,39
<i>Universidade Federal da Paraíba (UFPB)</i>	4	17,39
<i>Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)</i>	3	13,04
<i>Universidade de Brasília (UNB)</i>	3	13,04
<i>Universidade Federal da Bahia (UFBA)</i>	2	8,70
<i>Universidade Federal do Ceará (UFC)</i>	2	8,70
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1	4,35
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)	1	4,35
Universidade de São Paulo (USP)	1	4,35
JN&C Advocacia Associada	1	4,35
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)	1	4,35
Total	23	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

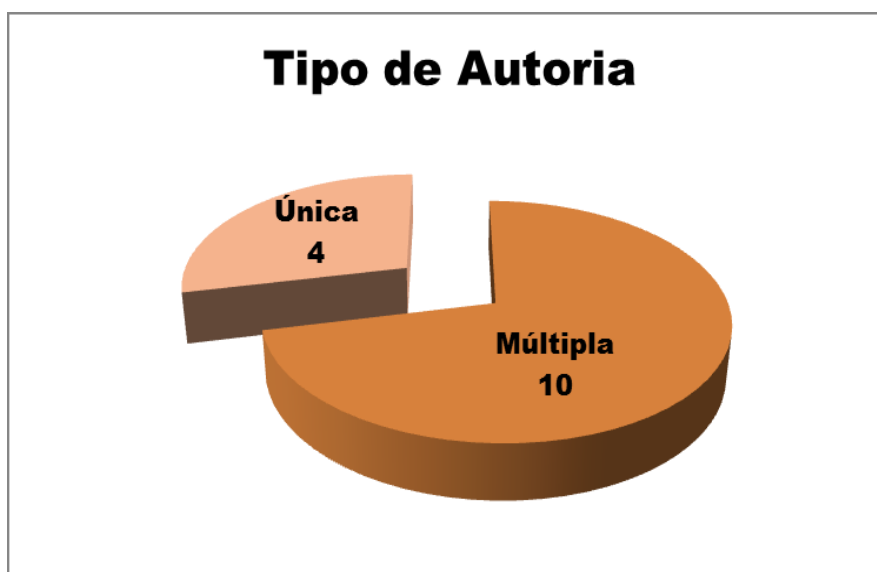
A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) concentram quatro autores em cada universidade, representando 34,78% do total de autorias. Com três autores cada, vem a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade de Brasília

(UNB), representando 26,08%. Representando 17,4%, as universidades federais da Bahia (UFBA) e do Ceará (UFC) aparecem com dois autores cada. Por fim, quatro instituições e uma empresa privada concentram apenas um autor por instituição, representando 21,75%.

Apenas dois autores que publicaram sobre o tema “informação jurídica” se destacaram dos demais, o restante possui apenas uma publicação. Os autores que se destacaram foram Fábio Assis Pinho e José Augusto Chaves Guimarães que escreveram dois artigos cada um. A relação completa dos autores que publicaram sobre a temática em questão pode ser consultada no Apêndice D.

Outro levantamento feito durante esta pesquisa foi sobre as autorias, se única ou múltipla. Pode-se observar no Gráfico 4 que houve mais autorias múltiplas do que autoria única.

Gráfico 4 – Tipo e quantidade de autoria, 1993-2013, Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Neste levantamento sobre o tipo de autoria, seja ela múltipla ou única, foram encontradas quatro autorias única e dez autorias do tipo múltipla.

As autorias do tipo única foram publicadas em revistas. Já as de autoria tipo múltipla, foram publicadas tanto em revistas como em anais de evento.

Segundo Meadows (1999, p. 109) “os trabalhos mais citados em determinada disciplina são, com mais frequência do que seria previsível, escritos em colaboração e em geral envolvem os pesquisadores mais produtivos e eminentes”, ou seja,

grandes produtores são colaboradores dos seus pares que produzem menos publicações.

Foi também realizada uma análise da variável “autores mais citados”. O resultado da análise de referência dos artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos totalizaram 344 autores citados.

Na Tabela 2, constam apenas os 16 mais citados. Para consulta da relação completa dos autores mais citados, ver Apêndice E.

Tabela 2 – Relação de autores mais citados, 1993-2013, Brasil

Autores	N. de Vezes	%
<i>GUIMARÃES, José Augusto Chaves</i>	11	3,20
<i>PASSOS, Edilenice</i>	9	2,62
<i>ATIENZA, Cecília Andreotti</i>	7	2,03
<i>BARROS, Lucivaldo Vasconcelos</i>	6	1,74
<i>FIGUEIRÊDO, Nice Menezes de</i>	5	1,45
<i>VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos</i>	5	1,45
<i>BARITÉ, Mario</i>	4	1,16
<i>BARRETO, Aldo de Albuquerque</i>	4	1,16
<i>DURANTI, Luciana</i>	4	1,16
<i>INTERPARES Project</i>	4	1,16
<i>MENOU, Michel J.</i>	4	1,16
<i>REZENDE, Ana Paula de</i>	4	1,16
<i>BRASIL. Casa Civil</i>	4	1,16
<i>GUINCHAT, Claire</i>	3	0,87
<i>LANCASTER, Frederick Wilfrid</i>	3	0,87
<i>Le COADIC, Yves-François</i>	3	0,87

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O autor mais presente nas referências foi José Augusto Chaves Guimarães, que obteve 11 indicações (3,2%), Edilenice Passos com nove indicações (2,62%), Cecília Andreotti Atienza com sete indicações (2,03%), Lucivaldo Vasconcelos Barros com seis (1,74%). Nice e Waldomiro com cinco indicações (2,9%). Mario, Aldo, Luciana, Interpares Project, Michel, Ana Paula e Brasil Casa Civil com quatro

indicações cada (8,14%). Claire, Frederick e Ives-François com três indicações cada (2,61%).

De um total de 344 autores citados, foram 48 com duas citações representando 13,95%. Os autores com apenas uma citação totalizou 216, representando 62,79%.

A citação é uma informação extraída de outra fonte, feita para dar credibilidade às ideias e descobertas de outro trabalho científico já realizado. Ela é realizada para apontar exemplos de pontos de vista semelhantes ou divergentes sobre determinado tema. O mais importante de tudo sobre a citação é permitir ao leitor consultar a fonte original das informações coletadas. Se a fonte original não for citada, a mesma se torna um plágio.

4.3 Análise das temáticas¹

A análise do conteúdo dos 14 documentos que compõem o corpus desta pesquisa revelou oito categorias de assuntos abordados sobre informação jurídica. São elas: *Indexação, Recuperação e Organização da Informação Jurídica na Web* (28,57%), *Usuário da Informação Jurídica* (21,43%), *Acesso e Disseminação da Informação Jurídica* (14,29%), *Biblioteca Jurídica* (7,14%), *Controle da Informação Jurídica* (7,14%), *Política de Desenvolvimento de Coleções* (7,14%), *Profissional da Informação Jurídica* (7,14%), e *Tipos de Informação Jurídica* (7,14%), conforme pode ser verificado na Tabela 3 abaixo.

A temática *Indexação, Recuperação e Organização da Informação Jurídica na Web* foi a mais explorada, tendo sido encontrada em quatro publicações, representando 28,57% do total do corpus. Observa-se que há, portanto, uma forte tendência aos estudos voltados ao tratamento da informação jurídica e sua recuperação.

Em seguida, aparecem as categorias *Usuário da Informação Jurídica com três publicações, representando 21,43%, e Acesso e Disseminação da Informação Jurídica, com duas publicações, representando 14,29%.*

¹ Os trabalhos citados nesta seção encontram-se referenciados no Apêndice C

As demais categorias foram contempladas somente por uma publicação respectivamente, o que equivale a 7,14% por categoria em relação ao total recuperado.

Tabela 3 – Categorias temáticas e quantidade, 1993-2013, Brasil

CATEGORIAS TEMÁTICAS	QUANTIDADE	%
<i>Indexação, Recuperação e Organização da Informação Jurídica na Web</i>	4	28,57
<i>Usuário da Informação Jurídica</i>	3	21,43
<i>Acesso e Disseminação da Informação Jurídica</i>	2	14,29
Biblioteca Jurídica	1	7,14
Controle da Informação Jurídica	1	7,14
Política de Desenvolvimento de Coleções	1	7,14
Profissional da Informação Jurídica	1	7,14
Tipos de Informação Jurídica	1	7,14
TOTAL	14	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Com o objetivo de aprofundar sobre os diversos aspectos descritos pelos autores das publicações selecionadas, passamos a seguir a descrever cada uma das oito categorias identificadas.

4.3.1 Indexação, recuperação e organização da informação jurídica na web

Preocupados com a importância dos processos de indexação e recuperação da informação para a preservação da memória no campo do Direito e seu papel no aprimoramento do exercício da cidadania, Braz e Pinho (2013) verificam os procedimentos de indexação e sua descrição em uma política de indexação. Tendo em vista ser o conceito de informação jurídica muito amplo, os autores limitaram o foco da investigação aos campos da jurisprudência, doutrina e legislação e aplicaram a pesquisa em três instituições: o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, a Assembleia Legislativa de Pernambuco e a Faculdade de Direito do Recife.

Quanto à natureza do objetivo, a pesquisa foi caracterizada como exploratória, sendo completada por uma revisão de literatura. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário e observações obtidas nas instituições pesquisadas.

Braz e Pinho (2013) mostram a ligação entre a Ciência da Informação e outras áreas, ressaltando a relevância dos estudos sobre a memória institucional como subsídio para organização, representação e recuperação da informação das instituições pesquisadas. Eles concluem que:

[...] os lugares de memória detêm o importante papel de guardiões e propagadores da memória, no que se refere às representações do conhecimento registradas. Logo, é necessária atenção à forma como são abordados a recuperação e acesso à informação, que se fundamentam nas atividades de representação do conhecimento e da informação através dos processos de cunho terminológico e terminográfico, em especial a indexação. Assim, durante o desenvolvimento da pesquisa foi demonstrado que a política de indexação consiste em uma filosofia que reflete os objetivos e interesses da instituição, norteados por procedimentos de indexação, considerando variáveis que podem influenciar esse processo. (BRAZ; PINHO, 2013, p. 102).

Partindo do princípio de que quanto maior o índice de precisão, melhor a qualidade da informação recuperada, Oliveira e Medeiros (2009) apresentam um estudo voltado para avaliar a medida de precisão de um sistema de recuperação de Informação jurídica adotando técnicas de inteligência artificial conhecida como Raciocínio Baseado em Casos (RCB). O método adotado para as avaliações de medida de precisão foi o mesmo utilizado na Text REtrieval Conference (TREC) de 2007, tarefa Legal Track. Para tanto, os autores focam o universo da sua pesquisa nas jurisprudências produzidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Ao definir a técnica utilizada, eles relatam que “O raciocínio baseado em casos tem como princípio, um caso jurídico do passado, que poderia ser útil para resolver um problema atual, desde que exista algum grau de semelhança entre eles”. (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2009, p. 1).

O resultado da pesquisa demonstrou que o modelo de recuperação baseado em casos é um mecanismo eficiente na recuperação de jurisprudência eleitoral. Entre as considerações tecidas, ressalta-se aquela evidenciada pelos autores quando relatam que “o raciocínio baseado em casos aplicado a um modelo de recuperação de informação jurídica pode melhorar o grau de precisão no resultado da busca por informações jurídicas”. (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2009, p. 4).

A organização e recuperação da informação jurídica na web foi o tema publicado pelos autores Villalobos e Malta (2012). Eles investigaram websites jurídicos governamentais e privados no que se refere ao uso de taxonomia e etiquetagem para verificar se estão sendo empregados na organização e recuperação da informação jurídica na web. Para o procedimento metodológico, eles utilizaram o método bibliográfico e estudo de caso dos seguintes websites: Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), JusBrasil e Jus Navigandi, nas seções de notícias, legislação e jurisprudência.

A leitura do texto revela que a pesquisa está em andamento e assim apresenta somente os resultados parciais referentes à escolha dos websites, os quais foram selecionados por meio da aplicação do medidor de consulta Alexa, uma ferramenta que descreve o nível de acesso dos sites e o seu ranking.

Nos dias de hoje, o documento digital vem se tornando um elemento muito presente no contexto jurídico. Diante disso, Nascimento e Guimarães (2005) discutiram a aplicabilidade do método diplomático à análise do conteúdo, com o intuito de investigar a autenticidade do documento em ambiente digital.

Segundo Nascimento e Guimarães (2005, p. 8):

A necessidade de se ter critérios ou métodos de avaliação e comprovação dos documentos gerados no ambiente digital, devido, principalmente, às características da dimensão tecnológica informacional: sua fácil manipulação (e consequente alteração da forma e conteúdo) e a não existência de vestígios para perceber sua alteração ou falsificação, diferentemente do que se observa no papel (onde essa situação é regulamentada por lei como forma de coação).

A base para toda e qualquer informação é a sua autenticidade, indiferente se é um documento jurídico ou não. A informação assim que registrada, possibilita, segundo conclusão de Nascimento e Guimarães (2005), não só a comprovação de atos e fatos, mas também a geração de um novo conhecimento.

4.3.2 Usuário da informação jurídica

Neves e Andrade (2012) examinaram o sistema de recuperação de informação chamado Tebas, da Justiça Federal da Paraíba. Elas afirmam que este sistema foi implantado sem nenhum estudo prévio. Sendo assim, as autoras se propuseram a identificar quem são os usuários que se utilizam especificamente do Módulo Arquivo para a recuperação da informação desejada. Trata-se de uma

pesquisa em andamento cujo método utilizado foi exploratório descritivo, visando ter conhecimento dos usuários e suas estratégias de busca no Módulo Arquivo do Tebas.

As autoras ressaltam a importância dos conhecimentos da Ciência da Informação para o estudo no contexto arquivístico. Nesse sentido, elas mencionam que a Ciência da Informação proporciona uma base sólida para o desenvolvimento e melhoramento de novas pesquisas que optem por abordar e contribuir com a temática de usuários da informação, tendo como campo teórico-metodológico: o arquivo.

Na publicação de Pinho e Barbosa (2011), eles afirmam que a tomada de decisão necessita de informações atuais e confiáveis, principalmente nos ambientes jurídicos. Para isso, os autores ressaltam ser muito importante ter um conhecimento aprofundado das fontes de informação, bem como, estar ciente de que as mudanças são necessárias para que se atinja da melhor forma possível a satisfação do usuário.

A pesquisa dos autores teve como objetivo a realização de um estudo de usuários e especialistas na área jurídica na biblioteca da Procuradoria Regional da República da 5ª Região (Brasil), uma unidade que pertence ao Ministério Público Federal do Brasil. O método utilizado foi exploratório, e questionário como ferramenta na coleta de dados.

O interesse dos usuários e especialistas por fontes eletrônicas, internet e bases de dados on-line se tornou muito evidente nos resultados da pesquisa de Pinho e Barbosa (2011, p. 60), “[...] ficando claro que os usuários possuem autonomia nas suas consultas e estão bem cientes das suas necessidades de informação”.

De acordo com os autores, os estudos de usuários nas unidades de informação são de suma importância e precisam ser feitos com uma frequência constante, não ultrapassando o intervalo de dois anos, pois devem acompanhar a evolução das áreas de conhecimento a que estes pertencem. O usuário só vem a contribuir no processo de melhoria das unidades de informação jurídica. (PINHO; BARBOSA, 2011).

A guisa de conclusão, os autores tecem as seguintes considerações:

O usuário da informação jurídica é cada vez mais exigente em suas consultas, apenas procurando a biblioteca quando recorreu a diversas fontes tais como: pesquisa na *internet*, acervo particular e consulta a colegas de profissão. Ou seja, as pesquisas recebidas na biblioteca

geralmente possuem um grau de dificuldade mais elevado, pois já passaram por buscas prévias realizadas pelo usuário. O atendimento e os recursos humanos receberam uma avaliação positiva, mas o meio ambiente da unidade recebeu críticas quanto à acústica e o espaço físico. (PINHO; BARBOSA, 2011, p. 60).

Assim, nas palavras de Pinho e Barbosa (2011), os requisitos para satisfazer a necessidade informacional do usuário passam necessariamente: pelo respeito a sua independência nas escolhas pelas formas de acesso as fontes de informação e pela regularidade na atualização dos sites de informação jurídica.

Com o intuito de avaliar se as bibliotecas jurídicas estão satisfazendo as necessidades de seus usuários, Ferreira e Melo (2006) focam o estudo na Biblioteca da Procuradoria da República do Estado da Paraíba.

Ao introduzir o assunto, os autores registram que as bibliotecas durante a Idade Média se limitavam apenas aos assuntos de ordem religiosa, pois as habilidades de ler e escrever eram exclusividade dos religiosos. Após o surgimento da imprensa, as bibliotecas passam a não ser mais consideradas como tesouros de acesso restrito e com isso, os livros passaram a ser material de consumo e de ampla acessibilidade e disseminação.

A biblioteca jurídica, para Ferreira e Melo (2006), é uma biblioteca que mantém um acervo especializado, de assuntos exclusivos, de grupos particulares, ou seja, com livros e documentos específicos da área jurídica, que atendem a sua clientela. As atribuições de um bibliotecário jurídico variam de acordo com o local onde ele irá atuar, muitas vezes com várias atribuições, por exemplo, ser o administrador, o catalogador, o indexador, e o pesquisador.

Segundo Ferreira e Melo (2006), as unidades de informação são o principal ponto de contato entre o conhecimento e a sociedade. A informação é uma ferramenta muito valiosa e útil para o desenvolvimento do ser humano. Cada vez mais esta fonte de conhecimento é requerida pela sociedade, e o seu acesso é um direito básico a ser garantido a todos.

Com relação aos usuários da informação jurídica, estes se utilizam das informações de acordo com suas necessidades informacionais, podendo ser ela seletiva, contextual ou utilitária. Os usuários que usam os serviços de uma biblioteca jurídica são “juízes, juristas, legisladores, professores e alunos do curso de Direito e o cidadão comum que tem como objeto de pesquisa as leis, doutrinas,

jurisprudências e julgados dos mais diversos Tribunais”. (FERREIRA; MELO, 2006, p. 7).

Após um breve conceito dos temas biblioteca e informação, as autoras desenvolveram sua pesquisa utilizando um questionário aplicado aos usuários da Biblioteca da Procuradoria da República no estado da Paraíba.

Com o levantamento feito, foi constatado por Ferreira e Melo (2006, p. 13) que:

[...] a Biblioteca da Procuradoria da República no Estado da Paraíba está atendendo as necessidades informacionais de seus usuários e que consideram a informação jurídica como um instrumento valioso de trabalho, por ser ligada a área do Direito; na qual o profissional bibliotecário é o responsável pela seleção e disseminação da informação e deve garantir a atualização do acervo, devendo estar atento às novidades que surgem a cada momento no universo jurídico. Procurando desenvolver programas que estimulem os usuários a descobrir suas verdadeiras necessidades informacionais, mantendo-se sempre disposto a receber novas invenções, trocando sempre a individualidade pela coletividade, buscando auxiliar seus usuários. Para que isso se efetive realmente, é necessário que o bibliotecário tenha uma posição lúcida a respeito da sua prática. A Biblioteca da PR/PB é composta por usuários relativamente jovens, em relação a condição profissional, grande parte são servidores, estagiários e um pequeno percentual composto pelos procuradores da República, o que se justifica pelo pequeno número desses profissionais na PRPB.

4.3.3 Acesso e disseminação da informação jurídica

Muitas vezes a informação jurídica não utiliza uma linguagem compreensível aos olhos da sociedade, sendo assim, para Silva e Silva (2012), as campanhas, cartilhas, gibis e sites são essenciais para aproximar cada vez mais o cidadão de seus direitos e deveres garantidos pelas leis.

Com esta pesquisa, os autores ressaltam o valor das iniciativas que buscam fazer com que a linguagem jurídica seja cada vez mais acessível e compreensível aos olhos do cidadão. Com este objetivo, eles fizeram uma revisão de literatura e análise de imagens de uma história em quadrinhos e duas cartilhas promovidas por órgãos públicos que visam aproximar a linguagem jurídica da população.

Após revisão e análise do gibi “A turma da Mônica”, em “O Estatuto da Criança e do Adolescente”, das cartilhas “Direitos Humanos” e “Formando Cidadãos Conscientes”, os autores notaram

[...] que os idealizadores tiveram como objetivo principal divulgar o teor de importantes atos normativos, bem como o significado da Constituição Federal para o público infantil. Para cumprir esses objetivos, eles utilizaram artifícios retóricos visuais das histórias em quadrinhos, adaptando conceitos presentes no linguajar jurídico, para uma linguagem mais acessível para as crianças e, também, por que não, para o público adulto leigo. A cartilha que trabalha o conceito de Direito do Consumidor, que é editada especificamente para o público infantil, pode ser perfeitamente utilizada pelos pais das crianças. (SILVA; SILVA, 2012, p. 179).

Para futuras pesquisas, Silva e Silva (2012) acreditam ser necessário que haja uma investigação mais aprofundada sobre como o público infantil e os adultos estão recebendo e assimilando as informações expostas sobre informação jurídica nos gibis, cartilhas, campanhas e sites de um modo geral.

Silva e Silva (2012) finalizam ressaltando o valor das iniciativas que buscam tornar a linguagem jurídica mais compreensível, fazendo com que os textos legais se tornem cada vez mais acessível ao público leigo.

Os autores Bottentuit e Santos (2007) em sua publicação questionaram se os sítios dos Tribunais da Justiça Estaduais do Nordeste são passíveis de ampliação e melhoria no acesso e circulação da informação jurídica, e também, se essas informações são seguras, transparentes e céleres. Para tanto, aplicaram um *checklist* para verificar os tipos de serviços disponíveis em rede digital e eletrônica pelos sítios desses tribunais de justiça.

Na conclusão da pesquisa, Bottentuit e Santos (2007) afirmaram que só a presença da informação na rede não é o suficiente para resolver os problemas de acesso. As questões educacionais e tecnológicas vão muito além, por exemplo, de restrições econômicas, socioculturais, psicológicas, jurídicas e judiciárias. Os sítios devem trabalhar com a efetividade da informação na rede e não somente de maneira formal, e para isso é necessária uma gestão de informação organizada que garanta a sua recuperação com eficácia.

4.3.4 Biblioteca jurídica

Rezende (2000), em sua publicação e com a sua experiência aplicada na empresa JN&C Advocacia, apresentou um modelo de biblioteca jurídica que reúne informações de jurisprudência eletronicamente e de fácil acesso aos usuários.

Segundo a autora, sua proposta melhora o sistema de informação sem aumentar o acervo físico da unidade de informação. O modelo proposto, com

funcionamento em rede, foi aplicado no Centro de Informação Jurídica Eletrônica e Virtual (CIJEV), gerenciado pelo Centro de Informação, Documentação e Biblioteca (CIDB), da JN&C Advocacia. Foram descritas todas as etapas de criação do CIJEV.

A autora ressalta a importância do profissional bibliotecário que trabalha na área jurídica, lembrando que ele deve estar sempre atento e ser ágil, cumprindo seu papel de provedor da informação e observando as peculiaridades desta área.

Toda mudança é trabalhosa, e Rezende (2000, p. 60) cita muito bem esta questão quando relata que:

É evidente que um processo de mudança e transformação de um setor traz transtornos, principalmente, quando tem que se trabalhar com todo o acervo, item por item. Um exemplo concreto disso são as páginas da Web quando estão em criação ou transformação, com toda a sua lentidão natural do processo devido à dificuldade de acesso. Mas este deve ser contornado e compreendido pelos usuários, pois, após este processo, os benefícios serão consideráveis.

Na conclusão, a autora registra que o CIJEV veio para modernizar e completar a estrutura de pesquisa do CIDB, oferecendo um ótimo atendimento, produtos de qualidade, equipe qualificada e preparada para as novas exigências do mercado da informação.

4.3.5 Controle da informação jurídica

Passos (1994), em sua publicação sobre a contribuição do Senado Federal no controle da informação jurídica no Brasil, abordou sobre a informação jurídica, identificando os problemas de produção, publicação e controle desta informação. Ela também fez um estudo sobre as vantagens e desvantagens dos instrumentos utilizados para manter este controle.

Em sua pesquisa a autora ressaltou que o Senado Federal contribuiu para o desenvolvimento dos vocabulários usados na indexação e recuperação da informação contida nas suas bases de dados. Ela observou igualmente que, se não fossem os mecanismos de controle e recuperação da informação, toda essa massa documental, que surge a cada momento, seria o “caos documental jurídico”. Segundo a autora, o controle da informação jurídica pode se utilizar de vários instrumentos e ser mantido por bases de dados diversificadas com finalidades

definidas. Nesse sentido, Passos (1994, p. 368) cita os instrumentos adotados pelo Senado Federal e suas bases de dados, relatando que:

[...] o catalogo de livros, catálogos de teses, catálogos de legislação, catálogo de jurisprudência, bibliografias, coletâneas de legislação, coletâneas de jurisprudência ou bases de dados [...] possibilitam o armazenamento e a recuperação automática da informação. O Senado Federal tem contribuído para o controle da informação jurídica nacional, com a manutenção de bases de dados (BIBR, PERI, JORN, NJUT, JURI, VCBS, AUTR e THES).

4.3.6 Política de desenvolvimento de coleções

Miranda, D'Amore e Pinto (2013) apresentaram em sua publicação uma nova performance da gestão documental, voltada para o desenvolvimento das coleções no âmbito da informação jurídica. Estabeleceram critérios de qualidade para seleção, aquisição e avaliação das informações.

Os autores reforçaram que uma vez criada uma política de desenvolvimento de coleções bem fundamentada, ela irá apoiar o bibliotecário na hora da tomada de decisão.

A informação jurídica se renova com muita intensidade, sendo necessário que o bibliotecário jurídico se atualize com as mais recentes mudanças sobre as legislações em vigor. Diante dessas constatações, Miranda, D'Amore e Pinto (2013, p. 108) afirmam que:

[...] o papel da gestão da biblioteca jurídica seja difundir a informação jurídica, principalmente no âmbito das instituições das quais fazem parte, com o intuito de amparar as decisões nos processos judiciais em curso. Desse modo, auxilia os juristas na aplicação da justiça, levando-lhes o Direito em seu estado bruto para que possa ser lapidado, através das regras de interpretação, achando-se, ao final, a norma a ser aplicada na solução do caso, contribuindo para pacificação da sociedade. Para tal, é preciso ter-se executado perfeitamente cada fase do desenvolvimento de coleções, a fim de possuir todos os assuntos relevantes à demanda. Dessa forma e de acordo com a literatura abordada, o funcionalismo e o holismo da abordagem sistêmica vão garantir que as etapas para a consecução do processo tenham uma relação de dependência e função que contribui significativamente para o resultado final.

Na conclusão, os autores mencionam que para que haja qualidade na gestão documental, a política de desenvolvimento de coleções deve realizar mudanças, e ajustes no material jurídico disponível em sua biblioteca, procurando atender as

necessidades dos seus usuários, e atualizar-se cada vez mais com as demandas informacionais.

4.3.7 Profissional da informação jurídica

A principal matéria-prima do bibliotecário é a informação, não importa se é um bibliotecário de biblioteca escolar, pública, privada, ou até mesmo de uma biblioteca jurídica.

Na publicação de Fullin (2006), ela analisou como os advogados veem a necessidade de um profissional de informação no seu ambiente de trabalho. Como eles poderiam organizar, pesquisar, manter, controlar e melhorar o trabalho dos advogados.

A autora levanta mais uma vez a discussão sobre o que este profissional deve fazer para se destacar no mercado de trabalho. Afirmar que o marketing pessoal deste profissional, mostrando seus valores e suas atividades, é uma peça-chave dentro da organização.

Futuramente, ainda segundo Fullin (2006, p. 40-41), esses profissionais:

[...] poderão ter seu trabalho devidamente reconhecido e valorizado, e certamente ganharão mais espaço no mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito à área de informação jurídica, pois enquanto não apresentam seu trabalho de forma a atingir diretamente o usuário no seu dia a dia, não serão reconhecidos.

A autora concluiu que o profissional da informação é muito importante em organizações informacionais, mas mais do que isso, ele deve saber se posicionar e agir como tal, e não ficar escondido atrás de balcões e aguardando o usuário chegar até ele.

4.3.8 Tipos de informação jurídica

Guimarães (1993) em sua publicação fez uma explanação do conceito da informação jurídica, a qual se apresenta em três formas distintas: doutrina, legislação e jurisprudência. Além do conceito de cada uma das formas, ele visou identificar quais eram as suas peculiaridades e características como suportes à representação temática.

O autor se limitou na área trabalhista, destacando “o caráter científico da doutrina, a vigência da legislação e o entendimento na jurisprudência”.

Para Guimarães (1993), a forma documentária no Direito varia em função do objetivo do próprio documento, citando variável: quem produziu a informação, qual o grau de autoridade do documento e para qual fim ele foi destinado, ou seja, tanto a sua produção, quanto o seu tratamento temático são de fundamental importância para a gestão destes documentos jurídicos. Observando estas variáveis é possível se fazer uma boa indexação, obtendo uma rápida recuperação da informação.

Finalizando, o autor afirma que o profissional documentalista deve centrar seus esforços no processo de análise dos documentos, e não somente na representação como muito se discute. Guimarães (1993, p. 53) se justificou salientando:

[...] que esquemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto ou tesouros podem ser da maior eficiência ou totalmente impróprios, dependendo do seu grau de adequação ao processo de análise, extração e seleção de conceitos, previamente realizado. E como realizar um processo de análise realmente adequado aos objetivos do documento e do próprio usuário sem que haja um prévio conhecimento do documento em suas características e objetivos? Fica a questão.

Todas as temáticas abordadas nas referências recuperadas com recorte temporal de 1993-2013 confirmam cada vez mais a necessidade de aprofundar e trazer para a sala de aula um olhar mais especializado e voltado para a informação jurídica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa foi possível perceber que o universo da informação jurídica é muito amplo e precisa estar mais disponível ao usuário final. Isto porque é por meio da informação jurídica que as pessoas adquirem o conhecimento dos seus direitos e deveres como cidadãos.

A fundamentação teórica realizada nos proporcionou conhecer de forma mais profunda o significado da informação jurídica, fixando que a mesma é conceituada como um tripé formado pela doutrina, legislação e jurisprudência. Além disso, nos possibilitou aprofundar o conhecimento no domínio da comunicação científica, em especial na literatura que trata sobre artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de evento.

A coleta de dados, realizada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no Repositório do Projeto de Pesquisa “Questões em Rede” dos Trabalhos publicados em Anais de Evento do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), resultou em 14 documentos sobre informação jurídica, abrangendo artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos. A análise do corpus selecionado revelou que:

- a) As publicações são mais frequentes em artigos de periódicos do que em trabalhos publicados em anais de eventos;
- b) a revista com maior número de artigos publicados foi a Ciência da Informação, com três publicações;
- c) o ano de 2012 registrou o maior número de publicações sobre o tema informação jurídica;
- d) o sexo feminino é o que mais publica;
- e) as instituições com maior vinculação de autores são a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com quatro autores cada;
- f) quanto as autorias, foram identificadas 10 autorias múltiplas;
- g) o autor mais citado foi José Augusto Chaves Guimarães, citado 11 vezes, em seguida Edilenice Passos, com nove citações;

- h) se escreve sobre oito temáticas dentro do campo da informação jurídica, sendo que o tema com maior destaque foi Indexação, Recuperação e Organização da Informação Jurídica na Web, contendo quatro publicações sobre o assunto. Seguido dos temas: usuário da informação jurídica com três publicações, e acesso e disseminação da informação jurídica com duas publicações.

Considerando-se a relevância da área informação jurídica e sua importância como fonte de conhecimento sobre os direitos e deveres dos cidadãos, levantamos a preocupação quanto ao número de publicações identificada por este estudo. Conclui-se que, apesar da quantidade restrita do corpus, este é bastante diversificado em relação às suas temáticas, o que reflete a riqueza de questões sobre as quais a informação jurídica pode suscitar.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR6024**: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR6027**: informação e documentação - sumário. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR6028**: informação e documentação - resumos - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR10520**: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR15287**: informação e documentação – projeto de pesquisa - apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BIBLIONLINE. **Foco e escopo**. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/about/editorialPolicies#focusAndScope>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38.

CAPES. **Qualis periódicos**. 2014. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 21 maio 2014.

CARVALHO, Katia de. Disseminação da informação e informação de inteligência organizacional. **DataGamaZero**: revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jun. 2001. Disponível em: <http://dgz.org.br/jun01/Art_04.htm>. Acesso em: 11 jun.2015.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Foco e escopo**. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/about/editorialPolicies#focusAndScope>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

COSTA, Sely Maria de Souza; SANDES-GUIMARÃES, Luisa Veras de. Qualidade de periódicos científicos eletrônicos brasileiros que utilizam o sistema eletrônico de editoração de revistas (SEER). **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp., p. 75-92, 2010. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5430>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia científica**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2003. 218 p.

DIAS, Cláudia Augusto. **Comunicação científica**. Brasília. 2008.

FACHIN, Gleisy Regina Bories. **Modelo de avaliação para periódicos científicos on-line**: proposta de indicadores bibliográficos e telemáticos. 2002. 206 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FACHIN, Gleisy Regina Bories; RODRIGUES, Rosângela Schawars. Portais de periódicos científicos: desafios. 2008. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 2., 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: CIPECC, 2008. Disponível em: <<http://cipecc2008.ibict.br/index.php/CIPECC2008/cipecc2008/paper/view/30/55>>. Acesso em: 10 set. 2014.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **DataGamaZero**: revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 1-13, jun. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun10/Art_05.htm>. Acesso em: 20 set. 2014.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Estruturas contemporâneas de comunicação científica e a organização institucional. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 1-14, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/8347/7684>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/783>>. Acesso em 11 jun. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. ISBN 9788522458233.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida. Periódicos científicos eletrônicos e a visibilidade da ciência na web: estudo de caso na UFRGS. **DataGamaZero**: revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, jun. 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun07/Art_02.htm>. Acesso em: 11 jun. 2015

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Formas da Informação jurídica: uma contribuição para a sua abordagem temática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 41-54, jan./jun. 1993.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004. 124 p. ISBN 8585637234.

LIMA, João Alberto de Oliveira; CUNHA, Murilo Bastos da. **Tratamento da informação legislativa e jurídica**: perspectiva histórica. Brasília: Senatus, 2008. v. 6, n. 2, p. 33-38.

MARTINEZ, Marisa Luvizutti Coiado; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Organização temática da doutrina jurídica: elementos metodológicos para uma proposta de extensão da classificação decimal de direito. **Informação & Sociedade: Estudos**, Paraíba, v. 18, n. 1, 2008. ISSN: 1809-4783.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

MELO, Hildete Pereira de. Gênero e perspectiva regional na educação superior brasileira. In: INEP. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES (Org.). SIMPÓSIO GÊNERO E INDICADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: INEP, 2008, v. 1, p. 63-84.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. S; CÉNDON, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/240>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi. Periódicos científicos eletrônicos: definições e histórico. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 69-77, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1701/2111>>. Acesso em: 21 set. 2014.

PASSOS, Edilenice. O apoio da Biblioteconomia Jurídica à Comissão de Juristas que elaborou o anteprojeto de Código de Processo Penal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 46, n. 183, jul./set. 2009. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/194930>>. Acesso em 11 jun. 2015.

PASSOS, Edilenice. O controle da informação jurídica nacional: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1158>>. Acesso em 11 jun. 2015.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em Direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 170 p. ISBN 978-8585637361.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 243-246, 1992.

Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1313>>. Acesso em 11 jun.2015.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar et al. Literatura “cinzenta” versus literatura “branca” transição dos autores das comunicações nos SNBUs para produtores de artigos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 2., 1995, Valinhos, SP. **Resumos eletrônicos...** Campinas: ANCIB, 1996. p. 65-7. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/iienancib/paper/viewFile/1314/522>>. Acesso em 11 jun. 2015.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. (Rev. e Atual.). Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em:

<https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 31 nov. 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; PINHEIRO, Liliane Vieira; REINHEIMER, Frederico Maragno. Redes de conhecimento em artigos de comunicação científica: estudo baseado em citações bibliográficas de artigos de periódicos na área de ciência da informação no Brasil. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 145-160, jan./abr. 2013. Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12484>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

SILVA, Márcia Regina da; BITTAR, Marisa; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Comunicação e produção científica na educação: um estudo baseado em periódicos científicos do campo. In: FORO IBERO-AMERICANO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2009, Campinas, SP. **Resumos eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em:

<http://www.oei.es/forocampinas/PDF_ACTAS/COMUNICACIONES/grupo1/063.pdf>. Acesso em 11 jun. 2015.

SOUSA, Maria Isabel de Jesus; FRANKLIN, Sergio; BARCELLOS, Barbara França. Comunicações em eventos científicos: acesso e uso de informações publicadas em anais da área da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa, **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB. 2010. Disponível em:

<<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/view/86>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Comunicação científica no Brasil: criação e evolução da Revista Encontros Bibli. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 140-158, jul. 2008. ISSN 1981-8920. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1804>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001182&dd1=098ce>>. Acesso em 11 jun. 2015.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, 2003. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/75>>. Acesso em 11 jun. 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan. /jun. 2006. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

ZIMAN, John. **A força do conhecimento: a dimensão científica da sociedade**. São Paulo: Itatiaia: USP, 1981. 380 p.

APÊNDICE A - Ficha documental 1

N. Publicações	Fonte de Informação	Título da Publicação	Nome do Autor	Vinculação Institucional / Empresa	Publicação				
					Revista / Anais de Evento	Ano	Sexo	Única	Múltipla
1	BRAPCI	Biblioteca da Procuradoria da República no estado da Paraíba: um espaço aglutinador de informação jurídica	FERREIRA, Patrícia Helena do Egypto Lucena, MELO, Denise Gomes Pereira de	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Biblionline	2006	F-F		X
2	BRAPCI	Centro de informação jurídica eletrônico e virtual	REZENDE, Ana Paula de	JN&C Advocacia Associada	Ciência da Informação, Brasília	2000	F	X	
3	BRAPCI	Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação	BRAZ, Márcia Ivo, PINHO, Fabio Assis	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Ciência da Informação, Brasília	2013	F-M		X
4	BRAPCI	Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática	GUIMARÃES, José Augusto Chaves	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	1993	M	X	
5	BRAPCI	Gestão documental da informação jurídica	MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho da, D'AMORE, Ticiano Maciel, PINTO, Virginia Bentes	Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Perspectivas em Ciência da Informação	2013	F-M-F		X
6	BRAPCI	O acesso à informação jurídica através de histórias em quadrinhos e cartilhas	SILVA, Andréia Gonçalves, SILVA, Leonardo Gonçalves	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), Universidade de São Paulo	Informação & Informação	2012	F-M		X
7	BRAPCI	O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal	PASSOS, Edilenice Jovelina Lima	Universidade de Brasília (UNB)	Ciência da Informação, Brasília	1994	F	X	

8	BRAPCI	Perspectivas futuras para a demanda de profissionais da informação e a organização da informação jurídica nos escritórios de advocacia de Campinas	FULLIN, Camila Barleta	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2006	F	X	
9	BRAPCI	Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no âmbito do arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB)	NEVES, Dulce Amélia de Brito, ANDRADE, Wendia Oliveira de Andrade	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Biblionline	2012	F-F		X
10	CAPEL	Os usuários da informação jurídica	PINHO, Fabio Assis, BARBOSA, Ângela Maria da Silva	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	BIBLIOS ONLINE	2011	M-F		X
11	ENANCIB	A eficácia probatória do documento como subsídio à organização da informação jurídico-digital: uma reflexão acerca dos avanços teóricos da diplomática	NASCIMENTO, Lucia Maria Barbosa do. GUIMARÃES, Jose Augusto Chaves	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)	VI ENANCIB–Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação	2005	F-M		X
12	ENANCIB	Circulação da informação jurídica em rede digital: um olhar para os sítios dos Tribunais de Justiça Estaduais do Nordeste	BOTTENTUIT, Aldinar Martins, SANTOS, Plácida L. V. A. C.	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)	VIII ENANCIB–Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação	2007	F-F		X
13	ENANCIB	Avaliação de sistema recuperação de informação jurídica: uma aplicação do modelo de raciocínio baseado em casos	OLIVEIRA, Sumball Rufino de, MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio	Universidade de Brasília (UNB)	VIII ENANCIB–Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação	2009	M-F		X
14	ENANCIB	Taxonomia e etiquetagem: análise dos processos de organização e recuperação da informação jurídica na web	VILLALOBOS, Ana Paula de Oliveira, MALTA, Naiara Andrade	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB	2012	F-F		X

APÊNDICE B - Ficha documental 2

Categoria	Título da Publicação	Resumo da Publicação
Acesso e Disseminação da Informação Jurídica	O acesso à informação jurídica através de histórias em quadrinhos e cartilhas	<p>Introdução: Os textos jurídicos, desde as leis até as sentenças, muitas vezes são redigidos em uma linguagem que está distante da maior parte da população. Contudo, algumas iniciativas que buscam aproximar o cidadão da legislação podem ser encontradas em institutos públicos e privados. Campanhas, cartilhas, gibis e sites procuram aproximar o cidadão de seus direitos e deveres que são garantidos pelas leis. Objetivo: Analisa o potencial das histórias em quadrinho e cartilhas como facilitadoras de acesso à informação jurídica. Metodologia: Revisão de literatura e análise de imagens de uma história em quadrinhos “A Turma da Mônica em: o Estatuto da Criança e do Adolescente” e duas cartilhas promovidas por órgãos públicos “Procon-Mirim: formando consumidores conscientes” e “Os direitos humanos”. Resultados: Devido aos recursos de linguagem e de imagem das histórias em quadrinho e cartilhas, estas revistas, mesmo sendo direcionadas ao público infantil, podem ser úteis para tornar a linguagem jurídica mais acessível a todos. Conclusões: Ressaltamos o valor das iniciativas que buscam tornar a linguagem jurídica mais compreensível.</p>
Acesso e Disseminação da Informação Jurídica	Circulação da informação jurídica em rede digital: um olhar para os sítios dos Tribunais da Justiça Estaduais do Nordeste	<p>Pesquisa em andamento que trata dos sítios dos tribunais de justiça estaduais nordestino. Esta contemporânea estrutura social que tem sido impulsionada pelo advento das novas tecnologias de informação e comunicação, proporcionou aos tribunais de justiça a disponibilidade de informação jurídica em rede digital. Esse quadro leva-nos a questionar se é possível à ampliação e melhoria do acesso com a circulação da informação jurídica, bem como se essas instituições atuando em rede oferecem ao cidadão, aos atores do direito, uma prestação célere, segura, transparente, acessível e efetiva. Neste sentido e para tratamento dessas questões acerca do lugar do Poder Judiciário no Projeto da Sociedade da Informação e do novo paradigma da prestação jurisdicional em rede, buscamos respaldo teórico em autores como: Manuel CASTELLS; Boaventura SANTOS, Michel MAFFESOLI, Mauro CAPPELETTI, Miguel ROZAS, Hugo HOESCHL, entre outros. Com os resultados advindos, podemos inferir, que os tribunais de justiça estaduais apresentam em seu conjunto informação institucional, como guia, mapa do site, histórico, plantão judicial, regimento; serviços como acompanhamento processual pelo sistema push, pesquisa às bases de legislação, doutrina e jurisprudência. Inferimos ainda que, a universalização do acesso ao conhecimento jurídico, é requisito necessário para a garantia do princípio da transparência e da qualidade de nosso sistema de justiça.</p>
Biblioteca Jurídica	Centro de informação jurídica eletrônico e virtual	<p>Apresenta modelo de biblioteca jurídica que sugere a potencialização do sistema de informações, sem a necessidade de aumento físico considerável do acervo interno. Sua estrutura, apoiada na conexão com bancos e bases de dados, redes eletrônicas de comunicação e bibliotecas informatizadas situadas interna e externamente, permitirá acesso a um conjunto de fontes e acervos muito mais amplo e diversificado do que aquele que existe internamente na forma tradicional vindo completar esta estrutura.</p>

Controle da Informação Jurídica	O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal	Define informação jurídica, discute sua tipologia e características. Identifica os problemas em relação a produção, publicação e controle da informação jurídica, seja ela descritiva (doutrina), normativa (legislação) ou interpretativa (jurisprudência). Estuda os instrumentos utilizados para manter esse controle, demonstrando suas vantagens e desvantagens. Ao final, mostra a contribuição do Senado Federal, mediante a publicação de coletâneas de legislação, da Bibliografia Brasileira de Direito e de bibliografias especializadas, e da manutenção das bases de dados de doutrina, legislação e jurisprudência (B/BR, PERI, JORN, NJUT e JURI) e das bases auxiliares (VCBS, AUTR e THES) com os vocabulários utilizados na indexação e recuperação dos documentos.
Indexação, Recuperação e Organização da Informação Jurídica na Web	Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação	A Ciência da Informação, interdisciplinar, estabeleceu ligações com diversas áreas, especialmente a memória, uma vez que o surgimento dos registros do conhecimento e a necessidade de organização e acesso à informação resultaram nos chamados lugares de memória, onde se constituíram práticas para conservação, acesso e disseminação dos registros. Assim, organização e representação do conhecimento guardam compromisso com a recuperação, o acesso e a apropriação da informação. Além disso, enquanto dispositivos de memória, permitem que a área ou a comunidade discursiva possam ser compreendidas e reconstituídas, o que aplicado às instituições que lidam com o Direito pode ter efeitos mais abrangentes no sentido do exercício da cidadania, promoção do acesso às informações aos cidadãos, entre outros. O objetivo geral deste trabalho foi verificar quais os procedimentos adotados para a indexação da informação jurídica e como isso poderia ser refletido em uma política de indexação. Como o conceito de informação jurídica é muito amplo, delimitou-se o espectro da pesquisa para jurisprudência, legislação e doutrina, investigando-se três instituições: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Assembleia Legislativa de Pernambuco e Faculdade de Direito do Recife. A pesquisa foi caracterizada como exploratória, sendo realizada uma revisão de literatura acerca da organização do conhecimento e memória, políticas de indexação e informação jurídica. O instrumento de coleta de dados foi o questionário, além da observação nas instituições. A partir das observações in loco e análise das respostas ao questionário, foi possível elencar elementos que podem ser refletidos em uma política de indexação para informação jurídica.
Indexação, Recuperação e Organização da Informação Jurídica na Web	Avaliação de sistema recuperação de informação jurídica: uma aplicação do modelo de raciocínio baseado em casos	Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo é avaliar a medida de precisão obtida por um sistema de Recuperação de Informação jurídica que utiliza técnica de inteligência artificial conhecida como Raciocínio Baseado em Casos. Nesse modelo as informações jurídicas são organizadas sob a forma de casos jurídicos concretos. O raciocínio baseado em casos tem como princípio a idéia de que um caso jurídico passado pode ser útil para resolver um problema atual, desde que exista entre eles algum grau de semelhança. Para estabelecer semelhanças entre casos atuais e passados o modelo estudado propõe o uso de cálculo de similaridade que é realizado com base na comparação de índices temáticos obtidos a partir do processo de indexação realizado por especialistas utilizando-se como apoio um tesauro jurídico. Esta pesquisa utiliza como universo as jurisprudências produzidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. A amostra foi composta por jurisprudências eleitorais produzidas nas eleições gerais de 2006 no Distrito Federal considerando o recorte dado à pesquisa. Para realizar a avaliação do modelo, foi construído um protótipo do sistema de recuperação de informação baseada em casos. Em seguida, avaliou-se o protótipo quanto ao grau de precisão obtido no resultado de um conjunto de buscas. O método adotado para as avaliações foi o mesmo utilizado na Text REtrieval Conference de 2007, tarefa Legal Track. Após a análise dos dados, observou-se que a precisão média obtida foi de 54%. Esse resultado permitiu discutir a possibilidade do sistema de recuperação de informação baseada em casos ser considerado um paradigma para a recuperação de informação jurídica eleitoral.

Indexação, Recuperação e Organização da Informação Jurídica na Web	Taxonomia e etiquetagem: análise dos processos de organização e recuperação da informação jurídica na web	A taxonomia e a etiquetagem são procedimentos utilizados para a organização da informação na web. O objetivo da pesquisa é analisar se a taxonomia e a etiquetagem estão sendo empregadas para a organização e recuperação da informação jurídica na web, realizando uma comparação entre websites jurídicos governamentais e privados. O procedimento metodológico a ser utilizado na pesquisa será o bibliográfico e o estudo de caso de websites. A partir do medidor de consulta Alexa, ferramenta que descreve o nível de acesso dos sites e sua colocação no ranking de acesso, foram identificados os quatro websites jurídicos que serão analisados na pesquisa. Assim, os resultados parciais da pesquisa estão relacionados à seleção para análise dos seguintes sites: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, JusBrasil e Jus Navigandi, nas seções de notícias, legislação e jurisprudência.
Indexação, Recuperação e Organização da Informação Jurídica na Web	A eficácia probatória do documento como subsídio à organização da informação jurídico-digital: uma reflexão acerca dos avanços teóricos da diplomática	Na perspectiva de viabilidade da atuação diplomática como instrumento de organização e representação de conteúdo na Análise Documentária, considerando os contextos conceituais, estruturais e funcionais do documento jurídico e o ambiente que o caracteriza, buscou-se discutir a aplicabilidade do método diplomático à análise do conteúdo, da forma e da função do documento jurídico, com intuito de analisar sua autenticidade documental, de modo a auxiliar na compreensão dos elementos que possam fundamentar sua eficácia probatória no ambiente digital. A partir do resgate teórico realizado, observa-se que a análise diplomática, ao apresentar atribuição analítico-crítica da autenticidade dos documentos por meio das evidências do seu próprio processo de criação, torna explícitos os elementos constitutivos do teor documental e apresenta-se como critério auxiliar de análise do documento jurídico digital, posto que a atribuição de confiabilidade é base da existência da informação de qualquer documento público ou privado.
Política de Desenvolvimento de Coleções	Gestão documental da informação jurídica	Este artigo apresenta uma nova performance da gestão documental, voltada para o desenvolvimento das coleções no âmbito da informação jurídica, estabelecendo critérios de qualidade para os processos de seleção, aquisição e avaliação das informações. Para esse propósito, é feita uma avaliação das várias dimensões que permeiam a gestão documental da informação jurídica como um todo. A rapidez com que a informação jurídica se inova torna a literatura (ainda que recente) ultrapassada e obsoleta, ocasionando, assim, uma maior dificuldade das bibliotecas permanecerem com suas publicações sempre atualizadas. Por isso, é preciso que sejam elaborados mecanismos de controle e que seja efetuado um bom desenvolvimento dos serviços prestados pelas mesmas. Esses mecanismos são criados por meio da política de desenvolvimento de coleções, pois, quando bem fundamentada, assegura o bibliotecário na tomada de decisões, tanto em relação ao processo de seleção, aquisição e descarte do acervo, como na sustentação da qualidade na atualização da coleção. O processo de desenvolvimento da coleção é visto sob o viés da abordagem sistêmica das organizações.
Profissional da Informação Jurídica	Perspectivas futuras para a demanda de profissionais da informação e a organização da informação jurídica nos escritórios da Advocacia de Campinas	Analisa do ponto de vista dos advogados a necessidade de um profissional da informação para gerir as informações dentro de escritórios de advocacia, de modo a agilizar a tarefa de pesquisa, manutenção e controle dessas informações e otimizar o trabalho dos advogados.

Tipos de Informação Jurídica	Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática	Resumo: A informação jurídica é apresentada sob três formas básicas: doutrina, legislação e jurisprudência, com ênfase a seus elementos constitutivos, visando a identificar peculiaridades e características como suportes à representação temática. Exemplifica-se na área trabalhista, destacando-se o caráter científico da doutrina, a vigência da legislação e o entendimento na jurisprudência. O parecer é abordado enquanto fonte mista, reunindo características doutrinárias e jurisprudenciais.
Usuário da Informação Jurídica	Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no âmbito do arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB)	Pesquisa em andamento que pretende identificar os usuários da informação existentes na Justiça Federal da Paraíba (JFPB), mais especificamente aqueles que fazem uso do Módulo Arquivo, pertencente ao sistema de recuperação da informação (SRI), o Tebas. Objetiva também conhecer quem são os usuários que figuram e permeiam o ambiente da própria JFPB, ou seja, os servidores que fazem uso do SRI como os da informação. Visa analisar as estratégias de busca da informação dos usuários do arquivo da JFPB, verificando quais são as suas necessidades informacionais, as lacunas que os inquietaram enquanto sujeitos informacionais. Este tipo de pesquisa exploratório-descritiva e com o forte uso da observação participante - nunca foi realizada na JFPB, nem mesmo durante o procedimento de implantação do SRI Tebas, justifica-se por si mesma, sua importância, tanto para a instituição que necessita conhecer seus usuários, quanto para a esfera informacional que divulgará um estudo sobre usuários informacionais no âmbito da Arquivologia e da Ciência da Informação (CI).
Usuário da Informação Jurídica	Os usuários da informação jurídica	A tomada de decisões necessita estar embasada em informações atuais e confiáveis, especialmente, nos ambientes jurídicos. No Brasil, as mudanças na legislação são constantes motivadas principalmente pelas promulgações de medidas provisórias. Neste sentido, faz-se necessário conhecer bem as fontes e as mudanças para satisfazer as necessidades dos usuários da área jurídica. Por isso, através de uma pesquisa exploratória, cujo objetivo foi realizar um estudo de usuários, especialistas na área jurídica, na biblioteca da Procuradoria Regional da República da 5ª Região (Brasil), que é uma unidade que pertence ao Ministério Público Federal do Brasil, usando o questionário como ferramenta de coleta de dados. Os resultados mostraram que os usuários da informação jurídica são exigentes e específicos em suas pesquisas, realizando buscas em diferentes fontes de informação, uma vez que suas necessidades apresentam um grau elevado de dificuldade.
Usuário da Informação Jurídica	Biblioteca da Procuradoria da República no estado da Paraíba: um espaço aglutinador de informação jurídica	Aborda a biblioteca jurídica, sua definição e serventia, onde atua um profissional capacitado, denominado bibliotecário jurídico, sem esquecer de tratar da informação de um modo geral, que é um direito básico garantido a todos, e, a informação jurídica, que é formada por um tripé informacional distinto: Legislação, Doutrina e Jurisprudência. Descreve ainda o usuário da informação jurídica, considerado o elemento fundamental de todos os sistemas e unidades de informação. Com o intuito de verificar se a Biblioteca da Procuradoria da República está respondendo às necessidades informacionais de seus usuários. Um questionário utilizado, com o qual constatamos que o acervo condiz com o interesse informacional dos usuários dessa instituição. Foi elaborado um instrumento disseminador do acervo da Biblioteca da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, em forma de bibliografia.

APÊNDICE C - Referências dos artigos e dos anais de eventos do corpus da pesquisa

BRAZ, Márcia Ivo; PINHO, Fabio Assis. Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Brasil, v. 4, n. 1, p. 87-106, jun. 2013. ISSN 2178-2075. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59103>>. Acesso em: 24 out. 2014.

BOTTENTUIT, Aldinar Martins; SANTOS, Plácida L. V.A.C.. Circulação da informação jurídica em rede digital: um olhar para os sítios dos Tribunais de Justiça Estaduais do Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/download/2849/1977>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

FERREIRA, Patrícia Helena do Egypto Lucena; MELO, Denise Gomes Pereira de. Biblioteca da Procuradoria da República no Estado da Paraíba: um espaço aglutinador de informação jurídica. **Biblionline**, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/viewFile/596/434>>. Acesso em 10 set. 2014.

FULLIN, Camila Barleta. Perspectivas futuras para a demanda de profissionais da informação e a organização da informação jurídica nos escritórios de advocacia de Campinas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 31-42, jan./Jjn. 2006. Disponível em: <<http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/index.php>>. Acesso em: 25 set. 2014.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Formas da informação jurídica: uma contribuição para a sua abordagem temática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p.41-54. Jan./jun. 1993.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A eficácia probatória do documento como subsídio à organização da informação jurídico-digital: uma reflexão acerca dos avanços teóricos da diplomática. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, 2005, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/368>>. Acesso em 11 jun. 2015.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho; D'AMORE, Ticiano Maciel; PINTO, Virginia Bentes. Gestão documental da informação jurídica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 96-110, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n3/07.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.

NEVES, Dulce Amélia de Brito Neves; ANDRADE, Wendia Oliveira. Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no âmbito do arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB). **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 55-64, 2012. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/14190>>. Acesso em: 20 out. 2014.

OLIVEIRA, Symball Rufino de; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Avaliação de sistema recuperação de informação jurídica: uma aplicação do modelo de raciocínio baseado em casos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2009, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3158/2284>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

PASSOS, Edilenice. O controle da informação jurídica nacional: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_0811b68d34_0008914.pdf>. Acesso em 10 set. 2014.

PINHO, Fábio Assis; BARBOSA, Ângela Maria da Silva. Os usuários da informação jurídica. Biblios: **Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, [S.l.], v. 44, p. 50 - 61, 2011. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/44/64>>. Acesso em: 18 set. 2014.

REZENDE, Ana Paula de. Centro de informações jurídica eletrônico e virtual. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, p. 51-60, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000956&dd1=46bb8>>. Acesso em: 20 out. 2014.

SILVA, Andréia Gonçalves; SILVA, Leonardo Gonçalves. O acesso à informação jurídica através de histórias em quadrinhos e cartilhas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 166-183, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/9019/11379>>. Acesso em: 20 out. 2014.

VILLALOBOS, Ana Paula de Oliveira; MALTA, Naiara Andrade. Taxonomia e etiquetagem: análise dos processos de organização e recuperação da informação jurídica na web. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/674/31.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

APÊNDICE D – Relação dos autores que publicaram sobre a temática informação jurídica, período 1993 – 2013, Brasil

N.	NOME DOS AUTORES
1	ANDRADE, Wendia Oliveira de Andrade
2	BARBOSA, Ângela Maria da Silva
3	BOTTENTUIT, Aldinar Martins
4	BRAZ, Márcia Ivo
5	D'AMORE, Ticiano Maciel
6	FERREIRA, Patrícia Helena do Egypto Lucena
7	FULLIN, Camila Barleta
8	<i>GUIMARÃES, José Augusto Chaves</i>
9	MALTA, Naiara Andrade
10	MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio
11	MELO, Denise Gomes Pereira de
12	MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho da
13	NASCIMENTO, Lucia Maria Barbosa do
14	NEVES, Dulce Amélia de Brito
15	OLIVEIRA, Sumball Rufino de
16	PASSOS, Edilenice Jovelina Lima
17	<i>PINHO, Fabio Assis</i>
18	PINTO, Virginia Bentes
19	REZENDE, Ana Paula de
20	SANTOS, Plácida L.V.A.C.
21	SILVA, Andréia Gonçalves
22	SILVA, Leonardo Gonçalves
23	VILLALOBOS, Ana Paula de Oliveira

APÊNDICE E - Relação completa dos autores citados nos artigos, período 1993 – 2013, Brasil

AUTORES	N. DE VEZES	%
GUIMARÃES, José Augusto Chaves	11	3,20
PASSOS, Edilenice	9	2,62
ATIENZA, Cecília Andreotti	7	2,03
BARROS, Lucivaldo Vasconcelos	6	1,74
FIGUEIRÊDO, Nice Menezes de	5	1,45
VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos	5	1,45
BARITÉ, Mario	4	1,16
BARRETO, Aldo de Albuquerque	4	1,16
DURANTI, Luciana	4	1,16
INTERPARES Project	4	1,16
MENOU, Michel J.	4	1,16
REZENDE, Ana Paula de	4	1,16
BRASIL. Casa Civil.	4	1,16
GUINCHAT, Claire	3	0,87
LANCASTER, Frederick Wilfrid	3	0,87
Le COADIC, Yves-François	3	0,87
ASHWORTH, Wilfred	2	0,58
BELLOTTO, Heloísa Liberalli	2	0,58
BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia	2	0,58
CAMPOS, M. L. de A.	2	0,58
CUNHA, Murilo Bastos da	2	0,58
DIAS, M. M. K.	2	0,58
FIGUEIREDO, Laura Maia de	2	0,58
FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2	0,58
GIL, Antônio Carlos	2	0,58
GOMES, H. E.	2	0,58
HOESCHL, Hugo César	2	0,58
LOPEZ-HUERTAS, María José	2	0,58
MACHADO, Maria Teresa Ferlini	2	0,58
MACHADO, V. M.	2	0,58
MACIA, Mateo	2	0,58
McGARRY, Kevin	2	0,58
MINAYO, Maria Cecília de Souza	2	0,58
PIRES, D.	2	0,58
REALE, Miguel	2	0,58
REZENDE, Martha Izabel de Souza Duarte	2	0,58
RUBI, M. P.	2	0,58
SANZ CASADO, Elias	2	0,58
SILVA, A. G.	2	0,58
SILVA, Plácido E.	2	0,58
ABREU, Ana Maria Freire Cunha de	1	0,29

AGUIAR, Afrânio Carvalho	1	0,29
AGUILAR-AMAT, Pilar Azcárate	1	0,29
Alonso (1998 apud Rezende 2004)	1	0,29
AMARAL, S. A.	1	0,29
AMARAL, Sylvio do	1	0,29
ANDRADE, D.	1	0,29
ANDRADE, Wendia Oliveira	1	0,29
ARAÚJO, Eliane Alvarenga de	1	0,29
ARAÚJO, V. M. R. H.	1	0,29
ARQUIVO NACIONAL. (Brasil).	1	0,29
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS-AMB	1	0,29
ATHENIENSE, Alexandre	1	0,29
BAPTISTA, A. A.	1	0,29
BARROS, Dirlene Santos	1	0,29
BENEYTO, Juan	1	0,29
BERTALANFFY, L. v.	1	0,29
BERWANGER, Ana Regina	1	0,29
BLAIR, David C.	1	0,29
BOURDIEU, Pierre	1	0,29
BRAGA JÚNIOR, Mário de Sena	1	0,29
BRAGA, Kátia Soares	1	0,29
BRANDT, Mariana Baptista	1	0,29
BRÄSCHER, Marisa	1	0,29
BRASIL. Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006	1	0,29
BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998	1	0,29
BRASIL. Leis, decretos, etc	1	0,29
BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais	1	0,29
BRASIL. Projeto de lei nº 7448/2006	1	0,29
BUCKLAND, Michael	1	0,29
BUENO, Regina Moretti	1	0,29
BUENO, Tânia Cristina D' Agostini	1	0,29
BUSH, V.	1	0,29
CAFÉ, Lúgia	1	0,29
CALDEIRA, Paulo da Terra	1	0,29
CAMPELLO, Bernadete Santos	1	0,29
CAMPOS, Carlita Maria	1	0,29
CAPPELLETTI, Mauro	1	0,29
CARDOSO, O. F.	1	0,29
CARELLI, A. E.	1	0,29
CARNEIRO, Dulcinete Moraes	1	0,29
CARNEIRO, M. V.	1	0,29
CASTELLS, Manuel	1	0,29
CASTILHO NETO, Arthur Pereira de	1	0,29
CASTRO, Luiz Fernando Martins	1	0,29
CATARINO, M. E.	1	0,29

CHAMARELLI, Marilúcia	1	0,29
CHAUMIER, J.	1	0,29
CHOO, C. W.	1	0,29
CIOLEK, T. Matthew	1	0,29
COISSI, Juliana	1	0,29
CORBIN, Juliet	1	0,29
COSTA, R. F. F. P.	1	0,29
CRUZ, Anamaria da Costa	1	0,29
CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin	1	0,29
CUNHA, Lélia Galvão Caldas da	1	0,29
CURTY, Marlene Gonçalves	1	0,29
DAL'EVEDOVE, Paula Regina	1	0,29
DARELLI, L. E.	1	0,29
DAVENPORT, Thomas H.	1	0,29
DIAS, Eduardo Wense	1	0,29
DODEBEI, V. L. D.	1	0,29
DUTRA, Yamil e Sousa	1	0,29
EASTWOOD, Terry	1	0,29
EDOLS, Liz	1	0,29
EISENBERG, José	1	0,29
FERNANDES, G. C.	1	0,29
FERNEDA, Edberto	1	0,29
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda	1	0,29
FERREIRA, R. F.	1	0,29
FERREIRA, R. M.	1	0,29
FONSECA, Edson Nery da	1	0,29
FONSECA, Maria Odila	1	0,29
FONTANELLI, S. A.	1	0,29
FOUCAULT, Michael	1	0,29
FRANÇA, R. L.	1	0,29
FRANCO, Ana Cristina	1	0,29
FREIRE, I. M.	1	0,29
FURLANETO NETO, Mário	1	0,29
GALLIANO, A. G.	1	0,29
GAMA, Fernando Alves	1	0,29
GARCIA JÚNIOR, Armando Alvares	1	0,29
GARCIA, D. S.	1	0,29
GARCIA, Joana Coelli Ribeiro	1	0,29
GARTH, Bryant	1	0,29
GATTES, Bill	1	0,29
GICO JUNIOR, Ivo Teixeira	1	0,29
GOLTZ, Irena M.	1	0,29
GRINBERG, B.	1	0,29
GROBA, Maurílio Penna	1	0,29
GUERREIRO, R. N.	1	0,29

GUSMÃO, P. D.	1	0,29
HABERMAS, J.	1	0,29
HAGUETTE, Teresa Maria Frota	1	0,29
HEREDIA HERRERA, Antonia	1	0,29
HERNÁNDEZ, Antônio	1	0,29
HOMULOS, P.	1	0,29
INNARELLI, H. C	1	0,29
JARDIM, José Maria	1	0,29
JARDIM, Maria José	1	0,29
JARILLO, J. C.	1	0,29
KAPOUM, Jim	1	0,29
KELLY, Michael J.	1	0,29
KEMP, D. A.	1	0,29
KOHLER, Relinda	1	0,29
KRAEMER, Lígia Leindorf	1	0,29
KRIZANOWISKI, Rosaly Favero	1	0,29
LABES, Emerson Moisés	1	0,29
LAKATOS, Eva Maria	1	0,29
Le GOFF, Jacques	1	0,29
LEAL, João Eurípides Franklin	1	0,29
LODDO, Maria Eliza Nogueira	1	0,29
LOPEZ-MUNIZ GONI, Miguel	1	0,29
LOSANO, M. G.	1	0,29
MACEDO, S.	1	0,29
MACIEL, A. C.	1	0,29
MAFFESOLI, Michel	1	0,29
MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade	1	0,29
MAGANO, O. B.	1	0,29
MARANHÃO, D.	1	0,29
MARCACINI, Augusto Tavares Rosa	1	0,29
MARCHIORI, Patrícia Zeni	1	0,29
MARCONI, Marina de Andrade	1	0,29
MARON, M. E.	1	0,29
MARQUES JÚNIOR, Alaôr Messias	1	0,29
MARTELETTO, Regina Maria	1	0,29
MARTINEZ, J. I.	1	0,29
MARTINS FILHO, Plínio	1	0,29
MARTINS, Wilson	1	0,29
MASTRO, B. T.	1	0,29
MCHOMBU, Kingo	1	0,29
MELO, Denise Gomes Pereira de	1	0,29
MENDES, Maria Tereza Reis	1	0,29
MÉNDEZ, Eva	1	0,29
MENDONÇA, M. A. R.	1	0,29
MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza	1	0,29

MILANESI, Luís	1	0,29
MINTZBERG, H.	1	0,29
MIRANDA, A. C. C. de	1	0,29
MIRANDA, M. L. C.	1	0,29
MIRANDA, Silvânia	1	0,29
MONTEIRO, S. D.	1	0,29
MORAES, Cláudio	1	0,29
MOREIRA, José Carlos Barbosa	1	0,29
MOURÃO, L.	1	0,29
MOZDZENSKI, Leonardo Pinheiro	1	0,29
MULLER, S. P. M.	1	0,29
NASCIMENTO M. de J.	1	0,29
NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do	1	0,29
NÁUFEL, José	1	0,29
NAVES, Madalena Martins Lopes	1	0,29
NEPOMUCENO, C.	1	0,29
NEVES, Dulce Amélia de Brito	1	0,29
NOGUEIRA, Fernando Giuberti	1	0,29
NUNES, P.	1	0,29
OBERHOFER, Cecília M. A.	1	0,29
OHIRA, Maria de Lourdes Blatt	1	0,29
OLIVEIRA, Silvio Luiz de	1	0,29
OLIVEIRA, Sueli Ferreira Júlio de	1	0,29
PALAIÁ, N.	1	0,29
PARK, Eun	1	0,29
PARK, Kil H.	1	0,29
BONIS, D. F. de	1	0,29
ADUD, M. R.	1	0,29
PEDRON, Ademar João	1	0,29
PEREIRA, Marcio Henrique	1	0,29
PICARD, Edmond	1	0,29
PICKLER, M. E. V.	1	0,29
PINHO, F. A.	1	0,29
PIQUERAS GARCÍA, María Belém	1	0,29
PITTMAN, Sharon A.	1	0,29
PROCON ESTADUAL DE MINAS GERAIS. Procon mirim	1	0,29
PRUSAK, Laurence	1	0,29
RAMALHO, F. A.	1	0,29
RAMOS, Paulo	1	0,29
REIS, Gustavo Costa	1	0,29
REVIRIEGO, Juan	1	0,29
RIBAS, A. Neuber	1	0,29
RIESCO TERRERO, A.	1	0,29
ROBREDO, Jaime	1	0,29
ROSA, A. G. M.	1	0,29

ROZAS, Miguel Angel Gonzalo	1	0,29
RUYER, Raymond	1	0,29
SALOMON, Délcio Vieira	1	0,29
SALVATO, Gilberto José	1	0,29
SANETT, Shelby	1	0,29
SANOVAL, Elza Marina da Silva	1	0,29
SANTOS, Boaventura de Sousa	1	0,29
SANTOS, Izequias Estevam dos	1	0,29
SANTOS, Moacyr Amaral	1	0,29
SANTOS, V. B.	1	0,29
SARACEVIC, T.	1	0,29
SARMENTO, A. G. S.	1	0,29
SCHIEL, Ulrich	1	0,29
SEVERINO, Antônio Joaquim	1	0,29
SILVA, M. V.	1	0,29
SMITH, Alastair G.	1	0,29
SOUSA, Mauricio de	1	0,29
SOUSA, R. T. B.	1	0,29
SOUZA, Sebastião de	1	0,29
STRAIOTO, Ana Cláudia	1	0,29
STRAUSS, Anselm	1	0,29
STUBER, Walter D.	1	0,29
TAMAYO, Alberto	1	0,29
TAMBORRA, Flávia S.	1	0,29
TARGINO, Maria das Graças	1	0,29
TEIXEIRA, Cenidalva Miranda de	1	0,29
TERRA, J.C.C. et al	1	0,29
THEODORO JÚNIOR, Humberto	1	0,29
TOURINHO NETO, Fernando da Costa	1	0,29
VOORHEES, Ellen M.	1	0,29
WEITZEN, H.	1	0,29
WESCHENFELDER, S.	1	0,29
WOLTERS, Clemência B.	1	0,29
ZIRALDO	1	0,29
ZOCCOLI, Dinemar	1	0,29
TOTAL	344	100,00